

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS – CECEN
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

MARLON DA SILVA SANTOS

LIGA FEMININA COMUNITÁRIA DO JARDIM SÃO CRISTÓVÃO: da criação as
relações sociais e políticas nas décadas de 1980 e 1990.

São Luís
2024

MARLON DA SILVA SANTOS

LIGA FEMININA COMUNITÁRIA DO JARDIM SÃO CRISTÓVÃO: da criação as
relações sociais e políticas nas décadas de 1980 e 1990.

Monografia apresentada ao curso de História,
da Universidade Estadual do Maranhão, para
obtenção do grau de Licenciatura em
História.

São Luís

2024

Santos, Marlon da Silva.

Liga Feminina Comunitária do Jardim São Cristóvão: da criação as relações sociais e políticas nas décadas de 1980 e 1990/ Marlon da Silva Santos. – São Luís, 2024.

90f.; il.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Abrantes.

1. Movimentos de mulheres. 2. Liga Feminina Comunitária do Jardim São Cristóvão. 3. Luta. 4. Direitos. I. Título.

CDU 070:94(812.1+83)

LIGA FEMININA COMUNITÁRIA DO JARDIM SÃO CRISTÓVÃO: da criação às
relações sociais e políticas nas décadas de 1980 e 1990

MARLON DA SILVA SANTOS

Monografia apresentada ao Curso de
História, da Universidade Estadual do
Maranhão, para obtenção do título de
Licenciatura em História.

Aprovado em: 05/04/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a). Dra. Elizabeth Sousa Abrantes (Orientadora)

Prof.(a). Dra. Adriana Zierer
(UEMA)

Prof.(a). Dra. Júlia Constança Pereira Camelo
(UEMA)

AGRADECIMENTOS

Dedico esse singelo trabalho a minha fé em um Deus único e meu mestre Jesus Cristo, que sempre me ensinaram a melhorar por meio do Espírito Santo.

A minha amorosa e cuidadosa esposa, Gizélia Santos, a quem compartilho este sonho de me tornar professor.

Aos meus filhos, Samuel Arthur por me fazer chorar de alegria quando sinto a maior dádiva da vida, a minha filha Kevenny Mirelly por me fazer amar cada dia mais a vida e as pessoas.

Ao meu falecido Pai, Francisco Sousa Santos, por me criar como pai solteiro e renunciar a própria vida para me amar em primeiro lugar.

Menciono honrosamente minha Mãe Marina por refazer a própria história e tudo o que está ao seu alcance para me ver feliz.

Destaco minhas tias-mães Rosa e Zeca, além das minhas vizinhas, D. Irailde e D. Heloisa, pessoas a quem devo parte da minha vida em gratidão.

Com imenso prazer, também agradeço aos meus “irmãos”, Jamilson Monteiro, Márcio Protázio e Walter Lima, por rirem e chorarem juntos comigo.

Aos meus grandes amigos, Leandro Aires, Júnior Ramos, Washington Carvalho, Luimar Santos, André Luís, Jailson, Carol Ramos, Seu Inácio e Seu João.

Aos meus amados amigos e amigas do curso de História da turma de 2013.2, em especial a Gesca, Vitor, João Pedro, Antônio, Claudiana e D. Flaviana. Faltam palavras para me referir a vocês.

Aos meus amados professores e professoras do melhor curso de História do mundo, o curso de História – Licenciatura da UEMA. Deixo minha gratidão em especial a minha Orientadora Elizabeth Abrantes, aos Professores e professoras Henrique Borralho (esse tá em todas), Helidacy Corrêa, Milena, Adriano, Fábio Monteiro e ao meu primeiro Orientador Yuri Costa.

E a cereja do bolo eu deixo para meu cachorro, Alemão, a quem muito amo e com quem iniciei uma nova vida de grandes responsabilidades.

RESUMO

Este trabalho reúne uma abordagem sucinta a respeito da Liga Feminina do Jardim São Cristóvão, seus passos iniciais nos anos de 1985 à 1995. Como resultado de uma união de mulheres dispostas a realizar um trabalho voluntário por sua comunidade, investiram suas forças na criação de um grupo que viria criar e administrar o Posto de Saúde Lar Samaritano e a Escola Comunitária Jardim de Infância Branca de Neve. Recorrendo ao contexto da redemocratização do país após a ditadura civil-militar implantada em 1964, percorrendo de forma breve algumas manifestações de mulheres nos vários segmentos e relações de poder e organização, este trabalho descreverá uma linha de avanços significativos na conquista de direitos civis, após a participação contundente das mulheres nesse processo. Apresenta-se o devido protagonismo e importância de movimentos civis organizados por grupos de mulheres e instituições de bairros de caráter comunitário, como uma tentativa de estabelecer os direitos recém conquistados após a redemocratização sem, contudo, esperar ociosamente as políticas públicas advindas do setor público. Dedicar-se a uma reflexão sobre o voluntariado das mulheres nas organizações periféricas, em busca de prestação dos serviços públicos ausentes de suas comunidades, em uma carismática tentativa de dar voz a essa natureza de eventos. Esta monografia utiliza a história oral e documentos de diversas naturezas para visualizar o processo de adequação e consolidação de uma importante instituição sem fins lucrativos que exerceu e continua exercendo grandes benfeitorias em suas ações. Relata-se seus vínculos com outras instituições, formando, dessa forma, uma rede de cooperação regional que em suas localidades apresentam o que há de mais distinto na ajuda peculiar de suas atividades, o humanismo. Além de descrever um cenário de dificuldades no cotidiano que serviram de provocação para o levante de mulheres que não se conformaram com a dura realidade encontrada no bairro do Jardim São Cristóvão, em São Luís/MA.

Palavras-chave: Liga Feminina do Jardim São Cristóvão. Movimento de Mulheres. Escola Comunitária. Redemocratização.

Abstract

This work brings together a succinct approach to the Liga Feminina do Jardim São Cristóvão, its initial steps in the years 1985 to 1995. As a result of a coalition of women willing to carry out voluntary work for their community, they invested their strength in creating a group that would create and manage the Lar Samaritano Health Center and the Snow White Kindergarten Community School. Using the context of the country's redemocratization after the civil-military dictatorship implemented in 1964, briefly covering some demonstrations by women in the various segments and relations of power and organization, this work will describe a line of significant advances in the achievement of civil rights, after the strong participation of women in this process. Showing the due protagonism and importance of civil movements organized by women's groups and neighborhood institutions of a community nature, as an attempt to establish the rights recently achieved after redemocratization without, however, idly waiting for public policies coming from the public sector. Dedicating a reflection on women's volunteering in peripheral organizations, in search of providing public services absent from their communities, in a charismatic attempt to give voice to this nature of events, this monograph will invite us to the imagery of oral history described in a parallel way with documents and figures of great relevance, allowing us to visualize the process of adaptation and consolidation of an important non-profit institution that has made and continues to make great improvements in its actions. Reporting its links with other institutions, thus forming a regional cooperation network that, in its localities, presents the most distinctive aspect of the peculiar assistance of its activities, humanism. In addition to describing a scenario of daily difficulties that served as a provocation for the uprising of people who did not accept the harsh reality found in the Jardim São Cristóvão neighborhood.

Keywords: Women's League of São Cristóvão. Women's Movement. Community School. Redemocratization.

LISTA DE SIGLAS

CBA	Comitê Brasileiro de Anistia
PC do B	Partido Comunista do Brasil
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PDC	Partido Democrata Cristão
PS	Partido Socialista
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
DC	Democracia Cristã
PC	Partido Comunista do Brasil
CNDM	Conselho Nacional de Direitos das Mulheres
AI-5	Ato Institucional n°5
ALN	Ação Libertadora Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FUMBESMA	Federação de União de Bairros e Entidades Similares do Maranhão
LBA	Legião Brasileira de Assistência
SEDESC	Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social e Comunitário
MPMA	Ministério Público do Maranhão
PDS	Partido Democrático Social
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PP	Partido Popular
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
MFPA	Movimento Feminino Pela Anistia
CFMDP	Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos

FMI	Fundo Monetário Internacional
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PAISM	Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher
BENFAM	Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar no Brasil
GMNA	Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa
PF	Planejamento Familiar
UMJSC	União de Moradores do Jardim São Cristóvão
FAB	Força Aérea Brasileira
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuário
OACI	Organização da Aviação Civil Internacional
FEDEC	Federação de Defesa do Desenvolvimento e Integração Social das

Escolas Comunitárias do Estado do Maranhão.

GACC	Grupo de Apoio às Comunidades Carentes do Maranhão.
SINPROESSEMA	Sindicato dos Professores da Rede Estadual do Maranhão.
MOPS	Movimento Popular de Saúde.
UFMA	Universidade Federal do Maranhão.
ADAPI	Associação das Damas de Assistência e Proteção à Infância.
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância.
OMEP	Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar.
DEMEC	Delegacia Estadual do Ministério da Educação.
PNAC	Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania.
SEEDUC	Secretária Estadual da Educação

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Na luta por direitos iguais. O Estado do Maranhão. São Luís, p. 1, 8mar 1984.	29
Figura 2: Frente da ata de fundação.....	33
Figura 3: Verso do primeiro Estatuto.....	33
Figura 4: Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).	34
Figura 5: Alvará de funcionamento do Lar Samaritano.....	37
Figura 6: Memorial da atual sede da FUMBESMA.....	39
Figura 7: Fotografia do prédio da FUMBESMA.....	39
Figura 8. Proposições estatutárias.....	48
Figura 9: Ata de posse da presidência.....	51
Figura 10: Registro de compra do terreno.....	51
Figura 11: Diário oficial do Maranhão.....	52
Figura 12: Diário oficial de São Luís.....	52
Figura 13: Primeira Escola	54
Figura 14: Hora do lanche	54
Figura 15: Pequenos eventos	55
Figura 16: Festinha junina	55
Figura 17: Visita de Nice Lobão as novas dependências da escola	56
Figura 18: Novo Prédio da Escola Comunitária Jardim de Infância Branca de Neve...56	
Figura 19: Nice Lobão tira fotos com alunos da Escola Branca de Neve.....	57

SUMÁRIO

Introdução	12
1 - OS MOVIMENTOS DE MULHERES NO CONTEXTO DA REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL.....	16
1.1 Contextualizando a ditadura: as mulheres e os “anos de chumbo”	16
1.2 Movimentos organizados de mulheres: parâmetros para novas conquistas	20
2 – A LIGA FEMININA DO JARDIM SÃO CRISTÓVÃO EM SÃO LUÍS	26
2.1 Alguns movimentos de mulheres no Maranhão na década de 1980	26
2.2 A criação da Liga Feminina do Jardim São Cristóvão.....	30
3 - A LIGA FEMININA E A LUTA POR EDUCAÇÃO: o caso da escola comunitária Jardim de Infância Branca de Neve.....	43
3.1 A formação do bairro do São Cristóvão	43
3.2 A Liga Feminina e a educação infantil	47
3.3 A Escola Comunitária Jardim de Infância Branca de Neve	52
Considerações Finais	60
Referências	64
Anexos.....	69

INTRODUÇÃO

No ano de 1985, a Liga Feminina Comunitária do Jardim São Cristóvão foi fundada no intuito de exercer trabalhos voluntários para a comunidade do Jardim São Cristóvão, bairro de São Luís, Maranhão. A fim de minimizar a ausência de serviços básicos na área da saúde e educação, a Liga Feminina enfrentou grandes desafios desde suas origens até o decorrer de suas atividades beneficentes na década de 80 e início dos anos 90. Ao desenvolver pesquisas como essas traremos notoriedade ao avanço feminino no meio científico, como ativas produtoras de conhecimento e protagonismo de envergadura social e solidária sobre realizações tão importantes para história social, onde o debate costumeiramente orbita na ocupação das esferas de poder, sem se dar conta do tamanho ocupacional que tem a importância das mulheres nos espaços periféricos do campo da educação, visto a educação como ferramenta de empoderamento (Melo, Lastres & Marques, 2004).

Uma vez colocado o apreço no campo pragmático da Educação do município de São Luís do Maranhão, poucos são os trabalhos desenvolvidos neste nicho de pesquisa relacionada ao feminismo ou movimento de mulheres no Maranhão, poucos são os trabalhos a contribuir como documento acadêmico de cunho historiográfico do sistema educacional, e porquê não dizer na falta de amparo de pesquisadores no campo da educação maternal no Maranhão. Assim sendo, existe uma percepção silenciosa em analisar as baixas evidências de pesquisas que tentem relacionar estes dois pontos estabelecidos dentro das periferias do município de São Luís.

O estudo dessa realidade histórica da educação no bairro do Jardim São Cristóvão, em meados da década de 1980, vem configurando-se como o real desafio da elaboração desta pesquisa acadêmica. Além de destrinchar os desafios da implementação de projetos importantes como esses dentro de uma comunidade da camada social reconhecidamente popular, situamos o debate na reabertura pragmática da democracia e a atuação de outros movimentos comunitários existentes no período. Consideramos que essa abordagem possibilita entender a consolidação gradual dos direitos humanos na relação entre gêneros e, uma vez estabelecida as dificuldades por vários fatores de intervenção do Estado em comunidades carentes, aborda temas centrais que orbitam em organizações mútuas de moradores, a fim de estabelecer condições básicas de convivência e cooperativismo social.

Além de pesquisas como essas acrescentarem à história social a profundidade cada vez mais merecida à camada popular da sociedade desassistida, por inúmeras vezes pelo Estado que intervém de forma superficial sem ao menos garantir o básico de sua ideal intervenção. O recorte histórico aqui escolhido contribuirá para a compreensão da montagem de abertura real de direitos e possibilidades de engajamentos políticos e sociais, dada a reabertura da democracia, do debate constitucional e suas garantias de direitos no período de redemocratização do país.

Em síntese, este trabalho foi elaborado em três capítulos, subdivididos em tópicos para melhorar a compreensão de características lineares aos acontecimentos que ensejaram a criação da Liga Feminina e, conseqüentemente, possibilitaram o cenário de desafios, montagem e conquistas deste grupo.

Sendo assim, o Capítulo 1. *Os movimentos de mulheres no contexto da redemocratização do Brasil*, está organizado em dois tópicos. No tópico 1.1 Contextualizando a ditadura: as mulheres e os “anos de chumbo” é desenvolvida uma abordagem sucinta do que foi e o que representou o golpe militar e o enrijecimento desse golpe com o AI-5. A dissolução do regime entre 1975-1985, o período democrático entre 1986 - 1990 e a consolidação que ocorre até hoje. Também se descreve, de forma breve, o envolvimento das mulheres em partidos clandestinos de esquerda, o caráter dúbio de resistência, e a luta por espaço dentro das organizações políticas e civis enquanto se levantavam como agentes políticos contra o regime, rompendo com a visão tradicional atrelado ao matrimônio e a maternidade. Além de relatos de abusos perpetrados por agentes da ditadura. No tópico 1.2 “Movimentos organizados de mulheres: parâmetros para novas conquistas” é destacada a importância da mulher para o abolicionismo, independência do Brasil, inconfidência mineira, literatura nacional, sufrágismo e o desenvolvimento da redemocratização, sem traçar um trabalho conceitual sobre feminismo e movimentos de mulheres. Descreve como se amplificou os envolvimento políticos das mulheres em partidos, também aborda o Movimento Feminino pela Anistia, em 1975, os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs) em 1978 e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, em 1979, em resposta a lei de agosto do mesmo ano, conhecida como Lei de Anistia. Também destaca conquistas constitucionais e a importância do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher criado em 1985 na conquista de direitos assegurados na Assembleia Nacional Constituinte, 1987 – 1988.

No capítulo 2, *A Liga Feminina do Jardim São Cristóvão*, também dividido em dois tópicos, o tópico 2.1 “Alguns movimentos de mulheres no Maranhão na década de 1980” inicia descrevendo o surgimento de novos partidos de oposição e juntamente com eles o surgimento de novas organizações da sociedade civil, relatando parte do engajamento das mulheres no processo de redemocratização aqui no Maranhão, além de descrever, de forma breve, o cenário econômico vivido no início dos anos 80. O crescimento da inserção de mulheres no mercado de trabalho, universidades, aumento na expansão escolar, o controle da reprodução, além de um maior engajamento as estruturas políticas de poder. O tópico também aponta uma participação efetiva das mulheres do Maranhão nas "diretas já" e grande envolvimento na constituinte. Finaliza citando alguns dos principais grupos de mulheres em São Luís. O tópico 2.2 “A criação da Liga Feminina do Jardim São Cristóvão” mostra movimentos de mulheres em prol da saúde da mulher, com ênfase na criação do Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher, em 1983, e a forte participação feminina no Maranhão na área da saúde e planejamento familiar, formando o enredo que levaria a criação da Liga Feminina Comunitária do Jardim São Cristóvão em dezembro de 1985, para logo em seguida criar o Lar Samaritano, posto de saúde implementado na intenção de levar assistência básica de saúde para a comunidade local, carente de serviços públicos e, conseqüentemente, promovendo um foco maior na prestação de serviços de saúde ao público feminino. Também relata a estreita relação com a Federação de União de Bairros e Entidades Similares do Maranhão (FUMBESMA), criado desde 1965 para coordenar instituições como a própria Liga Feminina.

O capítulo 3, *A Liga Feminina e a luta por educação: o caso da Escola Comunitária Branca de Neve*, organiza-se em três tópicos. No tópico 1.1 “A formação do Bairro Jardim São Cristóvão”, explica de forma básica o crescimento demográfico de São Luís nas décadas de 70 e 80, levando ao crescimento espacial que em muitas áreas se deu de forma espontânea e sem planejamento, possibilitando a forma desordenada e sem infraestrutura de serviços básicos voltados a população. Também descreve com maior foco a criação do bairro do Jardim São Cristóvão e a similar realidade periférica de outros bairros da capital. Este tópico não teve a pretensão de criar uma história aprofundada sobre o surgimento do bairro.

O tópico 3.2 “A Liga Feminina e a educação infantil” adentra na dificuldade de manter o Lar Samaritano em atividade e descreve a transição de atuação da Liga Feminina para a área da educação infantil. Mostra as parcerias feitas com a Legião Brasileira de

Assistência e a possibilidade da compra de um terreno que possibilitaria criar a própria sede de atuação, uma vez que todos os projetos contavam com pontos comerciais alugados. Também deixa claro a versatilidade de suas ações, emitindo desde ofícios para reivindicar melhor infraestrutura no bairro à solicitação de iniciativas privadas para colaboração de suas ações, além da relação com a própria comunidade.

O tópico 3.3 “A Escola Comunitária Jardim de Infância Branca de Neve” explana as condições caóticas da educação no Maranhão, o alto índice de analfabetismo, e a quase inexistência do ensino maternal no modelo creche-escola. Também é abordado a importância do título de utilidade pública da Liga Feminina, a efetivação da compra do terreno, e os primeiros passos para construção do barraco que viria se tornar o Jardim de Infância Branca de Neve, no ano de 1992. Por fim, relata a estreita interação com a Secretária de Estado de Desenvolvimento Social e Comunitário, oriundo de parceria com a pessoa da primeira dama e secretária da pasta, Nice Lobão, permitindo a reforma e requalificação do Jardim de Infância Branca de Neve.

1 - OS MOVIMENTOS DE MULHERES NO CONTEXTO DA REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL

1.1 Contextualizando a Ditadura: as mulheres e os “anos de chumbo”

No início do regime militar brasileiro pós-1964, o autoritarismo ainda não desmascarado não permitia distinguir os limites, mesmo já tendo cometido um atentado à democracia brasileira entre o permitido e o proibido para aqueles que possuíam participação política de alguma natureza. Com o fortalecimento das organizações e movimentos contrários à repressão, a população brasileira presenciou o “golpe dentro do Golpe” (Chagas, 2014), com o endurecimento extremo do regime, através da promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, constituindo, a partir deste momento, o que a historiografia consagrou como os “anos de chumbo” no Brasil (D’Araújo, Soares & Castro, 1994). Após o AI-5, o governo decretou algumas medidas de caráter repressivo como a suspensão de todas as garantias individuais e dos direitos políticos. Como consequência, a década de 1970, principalmente na primeira metade, foi marcada pela intensa perseguição aos grupos opositores, compostos por pessoas engajadas, seja de forma individual, mas, que cooperavam com o conglomerado reacionário à repressão, ou como grupos organizados oriundos de várias classes econômicas, culturais, políticas e sociais. No limiar da década de 1970 inicia-se uma forte reação interna e externa, desencadeada pelo abuso autoritarista do regime vigente que perdurou de 1964-1985, com o seu enrijecimento, principalmente, após o AI-5 de dezembro de 1968.

Para compreendermos os fins, iremos analisar os meios pelos quais se deu a retomada da democracia em breves notas. Um processo de redemocratização, em resumo, envolve três etapas, que seriam: o início da dissolução do regime autoritário, a criação da democracia e a consolidação do novo regime (Arturi, 2001). No Brasil, a redemocratização aconteceu de forma lenta e o processo de transição possibilitou diferenciar essas etapas. A primeira teria sido a dissolução que ocorrera de 1974 a março de 1985, durante os governos militares de Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985). A segunda etapa aconteceu no governo civil de José Sarney (1985-1990), e a terceira, para a consolidação da democracia, começa em 1990, com a presidência de Fernando Collor de Mello e ainda não se concretizou por inteiro (Arturi,

2001). Para contextualizar o momento da dissolução, dentro da perspectiva de Carlos Arturi, se faz necessário abranger algumas movimentações de mulheres em um primeiro momento onde não se tinha um recorte especificamente de gênero, criando um cenário de luta que possibilitaria a reabertura democrática necessária para então lutar por direitos específicos aos do gênero feminino. Também será necessário constituir as inspirações para o engajamento no cenário interno brasileiro e no exterior para esta luta que assumiu frentes em todas as esferas possíveis de ativismo.

A redemocratização passou por intemperes que contaram com o engajamento de mulheres em vários setores da sociedade, e em várias atividades anti-repressão militar. As mulheres estavam inseridas em várias camadas de ativismo social, bem como aponta Elizabeth Ferreira (1996), acreditando-se que tal ativismo feminino nos movimentos políticos em oposição à ditadura militar adentrou o cenário social no qual a violência atingia a sociedade, independente do sexo, se configurando como um modo de resistência às imposições quanto ao lugar social da mulher, bem como o de contrapor o poder vigente perpetrado pelo regime militar.

Segundo Elizabeth Ferreira (1996), a participação de mulheres na militância política naquele período configurava-se como contravenção em relação a dois pontos específicos, já que as ativistas políticas estariam desempenhando um papel dúbio em sua transgressão: enquanto agentes políticos, erguendo-se contra o regime; e enquanto gênero, rompendo com o padrão social vigente. É interessante ressaltar que para Ferreira, as mulheres foram socializadas em uma tradição de genitores que apresentavam como princípios a educação das filhas e a preparação delas para o casamento. Desta forma, entrar para a militância era introduzir-se em um mundo efetivamente masculino, em um momento que ainda eram predominantes as concepções sobre o feminino que circundavam em torno do matrimônio e da maternidade. A autora também chama a atenção que a movimentação das militantes não tinha relação direta com o movimento feminista organizado, que no Brasil tomaria força na década de 1970.

Até o momento, ainda não se faziam de forma sistematizada reflexões sobre o lugar de subordinação, depreciação, opressão e desigualdade entre homens e mulheres. Dentro desse contexto, tratava-se de engajamentos à partidos políticos clandestinos, oriundos de movimentos políticos de esquerda, como a Ação Libertadora Nacional (ALN), alguns desses grupos constituíam frentes de ativismo de forças armadas,

tratando de técnica de guerrilha, militarismo e para-militarismo (Ridenti, 1990). A militância feminina foi também questionada e criticada nesses âmbitos de oposição, algumas delas mantiveram o modelo tradicional feminino vinculado ao lugar de mãe, esposa e dona-de-casa, e quando da efetivação do cenário público, uma parte significativa concedeu apoio e legitimidade ao regime, através da criação de movimentos como "*Marchas da Família com Deus pela Liberdade*" (Ridenti, 1990, p. 3). Neste sentido, a participação feminina na militância política durante a ditadura militar brasileira pode ser considerada como uma ação de ruptura, quando comparado aos papéis tradicionais de gênero vigentes na época. Porém, mesmo compondo espaços políticos e públicos, avançando além das barreiras do mundo privado, as mulheres militantes permaneceram historicamente em segundo plano ou na invisibilidade (Perrot, 1989; Del Priori, 2006).

Dentro da compreensão de Ridenti (1990), as mulheres para além de se integrar a estas militâncias de guerrilha para combater a ditadura, resistiram a manutenção de estereótipos dos discursos naturalmente centrados na não natureza das mulheres, combatiam em seu engajamento a perspectiva do sexo frágil e venciam a resistência dos homens que às imaginavam como não competentes para aquelas lutas mais abrasivas. Claro que o envolvimento, ainda que surpreendentemente em um número elevado nesses grupos de guerrilha, onde o mesmo percentual de participantes se igualava ao percentual de mulheres com a renda ativa no país 21%, tal como indica o IBGE 1970, demonstra o quão grande foi o engajamento das militantes nesses grupos. Também acontecia das mulheres assumirem cargos de coordenação e liderança, uma vez que os líderes estivessem ausentes, nesse sentido, tanto Michele Perrot quanto Mary Del Priore estão corretas em defender suas críticas a respeito das mulheres colocadas em "*segundo plano*", como também descrevem suas críticas as mulheres silenciadas pelo aparato sistêmico de opressão do aparelho estatal, pela historiografia, pelo sistema patriarcal que engloba várias esferas de controle ao sistema de informações, uma vez que este último era em grande medida endossado pela imprensa, que contribuía com a formação da má reputação das mulheres participantes na luta armada da guerrilha como também descrito por Rovai (2013).

Neste sentido, também aponta Maria Amélia de Almeida Teles (1993)¹ que, embora as mulheres se mantivessem ativamente participantes dos movimentos políticos de resistência, ocupando em alguns casos, a linha de frente das ações/operações ali promovidas, ainda assim, encontravam dificuldades para exercer atividades de liderança nas organizações aos quais atuavam. Deste modo, se eram alvos e muitas vezes, minadas pela repressão militar em razão da sua condição feminina, no âmbito das suas organizações, também eram, comumente, pelo preconceito de seus dirigentes, que subjugavam suas capacidades físicas e intelectuais, além de pouco concordarem com suas políticas estratégicas (Teles, 1993).

Tratando-se de discursos, seis foram as militantes entrevistadas por Ana Colling a respeito da luta armada. Colling compreendia como a repressão criou, pelo discurso, o adágio vigente ao período no meio militar de “*mulher subversiva*” para atribuir as que haviam escolhido pela guerrilha. Sua obra mostra como elas viam a si mesmas, um olhar íntimo ao se encaixar nas diversas organizações clandestinas existentes no país e como permanência no espaço político, falivelmente marcado pela diferença de gênero, construiu uma série de desvios quanto à esperada conduta feminina, rompendo com o imaginário de mulheres ignorantes, recatadas e frágeis (Colling, 1997).

Olívia Rangel Joffily (2005) contribuiu para o entendimento sobre a tortura e a visão dos perpetradores sobre as guerrilheiras. Joffily tratou das acusações e prisões dessas militantes e, intrinsecamente, do olhar e do tratamento a elas dispensado pelo torturador. O fato de serem consideradas “sexo frágil” não retraiu, mas intensificou a violência sobre seus corpos, para reprimir a decisão de agir “*como machos*” ao pegarem em armas, deixando claro que tais brutalidades advinham de um universo opressor a oposição, de forma mais agravada quando a tortura era contra as mulheres, uma vez que estas assumiam posições que, na atmosfera patriarcal, não condizia com as mulheres, demonstrando por meio da tortura a misoginia.

¹ Maria Amélia Almeida Teles continua sendo uma militante histórica do Partido Comunista do Brasil (PC do B), por ser ativista contra a ditadura militar foi presa no ano de 1972, juntamente com o marido, César Augusto Telles, e seus dois filhos ainda crianças, Janaína e Edson, então com 5 e 4 anos de idade, respectivamente, os quais ficaram conhecidos como um dos mais novos presos da ditadura, uma vez que, nesta idade, foram sequestrados pelos agentes da repressão e obrigados a acompanhar a sessão de tortura dos seus próprios pais na Operação Bandeirantes (OBAN) (Teles, 2010).

1.2 Movimentos organizados de mulheres: parâmetros para novas conquistas

Nos diversos movimentos históricos brasileiros, a despeito da sua subalternização, quando não completa – e deliberada – invisibilidade, as mulheres sempre estiveram presentes (Chehab, 2019).

Mulheres nos movimentos abolicionistas (Maria Tomásia Figueira Lima, Augusta Generoso Estrella, Maria Amélia de Queiroz e Inês Sabino), nos movimentos pela independência do Brasil (Maria Felipa, Maria Quitéria e Joana Angélica), na inconfidência mineira (Bárbara Heliadora e Hipólita Jacinta Teixeira de Melo), na literatura nacional (Maria Firmina dos Reis, Rachel de Queiroz, Carolina Maria de Jesus e Lygia Fagundes Telles) e nos movimentos sufragistas (Leolinda de Figueiredo Daltro, Gilka Machado, Maria Lacerda de Moura e Bertha Lutz) (Chehab, 2019, p. 2).

Em se tratando de redemocratização, um movimento de mulheres não necessariamente deverá ser compreendido como um movimento integralmente constituído de mulheres feministas. Dessa forma, teremos o cuidado de compartilhar do conceito perrotiano para não invisibilizar a luta das mulheres, que influenciadas pelo feminismo ou não, deve ter seu ativismo levado em conta quando se trata de luta por melhorias em qualquer aspecto que seja de suas vidas, entre o campesinato ou meio operário de sobrevivência urbana, na vida pública ou nas narrativas políticas que estruturaram a submissão das mulheres a vida reclusamente doméstica. Haverá uma teoria e uma historiografia da história das mulheres a partir das quais se pode elaborar os primeiros balanços críticos e se questionar sobre o sentido, as dificuldades, e os efeitos destas pesquisas (Perrot, 2005). Sem o interesse de propor um debate conceitual, mas observamos o quanto a historiografia pré-dispõe a narrar os acontecimentos de participação efetiva das mulheres sem entregar o devido protagonismo da cooperação que elas tiveram, em meio a tantos processos de mobilização históricas, somente por uma relação misógina ao gênero feminino.

Ainda que no início da década de 70 a luta de guerrilha já estivesse demonstrando enfraquecimento, os desaparecimentos, perdas por assassinatos ou no confronto direto, além de prisões de parte dos seus militantes durante o enfrentamento urbana, foi sobretudo a partir da segunda metade da década de 70, com ênfase para a dissolução perpetrada pelas Forças Armadas contra a Guerrilha do Araguaia (1972-1974), que a oposição armada começou a desfalecer em suas forças. A respeito dessas perdas, os movimentos e militantes da esquerda foram redimensionados a organização em torno da oposição

consentida pela ditadura *civil-militar*, que naquela altura já estava sendo representada em grande medida pelo MDB. O partido MDB venceu com mais de 70% dos votos nos grandes colégios eleitorais dos centros urbanos e a bancada de deputados saltou de 87 para 160 deputados. É verdade que a ARENA se consolidou como vencedora no geral, registrando 11,9 milhões de votos contra 11 milhões do MDB (40,9% contra 37,8%, e 21,3% de votos brancos e nulos). Enquanto o MDB permanecia minoritário no Congresso Nacional (203x161 deputados), contudo, a oposição ganhara força para convocar ministros a fim de formar comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e, o mais importante, frear, dependendo da ocasião, eventuais reformas constitucionais que precisassem de dois terços dos votos (Reis, 2014, p. 107).

Foi, entretanto, com a criação do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), em 1975, pela advogada Therezinha de Godoy Zerbini, ex-presa política e esposa de um general cassado, que o assunto da anistia ganhou uma maior visibilidade. Assumindo o objetivo de mobilizar as mulheres a favor da anistia política, colhendo apenas no seu primeiro ano, aproximadamente 16 mil assinaturas para o Manifesto da Mulher Brasileira Pela Anistia, o MFPA destacou-se também por ter sido o primeiro movimento que assumiu grande importância e influência durante o período de distensão política, organizando uma luta sistêmica pela anistia, enfrentando com ousadia, mesmo que superficialmente, as estruturas de repressão política da ditadura (Del Porto, 2009, p. 61).

Para contemplar aqueles que haviam sido excluídos, segundo os debates firmados pelo MFPA, Maria Arantes descreve que tal movimento não se manteve tão homogêneo, principalmente no que diz respeito a bandeira defendida pelo MFPA de uma anistia “[...] pensada como perdão e esquecimento” (Arantes, 2009). Este posicionamento não era aceito em sua totalidade entre as militantes, especialmente por aquelas(es) que tinham ligações afetivas ou políticas com os que estavam presos. Por esta razão, foram organizados a partir de 1977 e, efetivamente criados em 1978, os Comitês Brasileiros Pela Anistia (CBAs). Estes espaços políticos de resistência à ditadura civil-militar espalharam-se por todo o país. Com o propósito de promover uma anistia ampla, geral e irrestrita nesse contexto, os Comitês Brasileiros pela Anistia assumiram um caráter independente, reunindo homens e mulheres decididos a levar adiante uma política mínima de ação que deveria ir além do *esquecimento*, exigindo a libertação imediata de todos os presos políticos; o retorno de todos que estavam no exílio, banidos e cassados; os funcionários públicos, deveriam ser reintegrados em caráter profissional, político e social, em cargos

de iniciativa pública ou privada após terem sido demitidos por motivos políticos em consequência dos efeitos dos atos de exceção; o término radical e absoluto da tortura; a revogação da lei de segurança nacional; o término do aparato repressivo; respostas sobre as mortes e desaparecimentos por motivação política; a denúncia sistêmica da tortura e dos casos de mutilação; além do julgamento e a punição dos responsáveis (Arantes, 2009, p 84).

O ano de 1979 estava sendo decisivo no tocante a questão da anistia política, tanto em âmbito nacional, quanto local. A criação do CBA-CE teve grande importância, pois veio como um reforço na melhoria das condições carcerárias que estavam em progressiva deterioração. O CBA-CE foi fruto do grupo de mulheres, que desde 1975, criaram, em nosso Estado, o núcleo do Movimento Feminino Pela Anistia e, conseqüentemente, plantaram as primeiras sementes dessa luta, que naquele momento, dava um vigoroso passo (Chehab, 2018, p. 9).

Consequente a essas duas iniciativas, MFPA e CBA, e em resposta a edição da Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979, conhecida como Lei de Anistia, foi criada a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (CFMDP), compostos principalmente por familiares, sobretudo mulheres que se sentiam desamparadas pela norma aprovada no Congresso Nacional. Repara-se, portanto, que a referência de anistia pelos CBAs era substancialmente distinta da engajada pelo MFPA, principalmente porque foram pautadas entre outras direções da culpabilidade daqueles que colaboravam para graves violações dos direitos humanos, tanto no que diz respeito a montagem política e administrativa do Estado, quanto na revogação do contexto jurídico arbitrário. Nesse sentido, fica claro que, embora que pontualmente na mesma direção, suas concepções de fundo sobre a anistia política divergiram. MFPA e os CBAs foram, juntos, movimentos de suma importância para a fecundação dos debates em torno do seio social. Serviram como ligação entre as muitas mulheres atingidas direta ou indiretamente pelas gravíssimas violações de direitos humanos em prática pelo duro regime ditatorial, sobretudo, por conta das mortes e desaparecimentos dos seus familiares, podendo se engajar e protagonizar movimentos de resistência democrática em união com outras pessoas em situações semelhantes, como foi o caso destacado da criação e implementação de atividades desempenhadas pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (CFMDP), composta e coordenada majoritariamente por mulheres.

No âmbito dos grupos formados para debater e propor direitos para as mulheres no contexto da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), as mulheres tinham um

número limitado de constituintes, somando-se apenas 26 integrantes, conquistaram um espaço significativo nas grandes discussões políticas Nacionais. Em um movimento histórico levou essas representantes femininas da Assembleia Constituinte conseguirem se aliar a diversos segmentos e movimentos da sociedade civil de base, assim como a entidades de classe e órgãos internacionais para dar notoriedade, além de firmar posições e assegurar a inserção de diversas demandas da agenda feminista no texto da Constituição da República Federativa de 1988, dentre as quais, merecem ser destacadas: art. 5º, inciso I, que dispõe sobre a igualdade, em direitos e obrigações, de homens e mulheres; art. 7º, inciso XX, diz respeito a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei; art. 226, § 5º, que trata da igualdade de direitos e deveres referentes a sociedade conjugal; art. 226, § 7º, concernente ao planejamento familiar como livre decisão do casal; art. 226, § 8º, referente a assistência que o Estado deve prestar à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações (Chehab, 2018, p. 80).

Também devemos destacar a criação de Conselhos, durante o período da redemocratização, que significativamente ajudaram a promover mudanças estruturais pelas quais o país passava em termos de ampliação de direitos da cidadania e de consolidação da democracia. Os Conselhos apareceram de organizações de participação popular, os quais eram articulados pela sociedade civil e se tornaram elementos constitutivos das estruturas do Estado democrático ascendente. Inicialmente, em nível estadual, especificamente em São Paulo, para então se espalhar para todo o país, instituindo na prática o discurso da participação popular na construção da democracia. Esta atitude, agora não tão subversiva, implicaria na construção da base para as ações desenvolvidas no engajamento da sociedade para a formulação da Constituinte, se tornando canais de diálogo entre os movimentos sociais e os legisladores. No que diz respeito as mulheres, são fundados os Conselhos dos Direitos da Mulher em alguns estados e cidades, e mais adiante o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), no ano de 1985, a partir de uma articulação entre as feministas do PMDB e o Presidente Tancredo Neves, no processo de transição democrática. Foi o resultado de uma mobilização que começou com a campanha das Diretas Já, quando foi Instituído o Movimento de Mulheres pelas Diretas Já, criado junto ao Ministério da Justiça, com orçamento próprio, tendo sua presidenta status de ministra. Era composto por 17

conselheiras nomeadas pelo ministro da Justiça, por um Conselho Técnico e por uma Secretaria Executiva (Pinto, 2003).

O objetivo do conselho era de criar e propor políticas para as mulheres, e o seu surgimento era defendido pela parcela das feministas que haviam lutado pela redemocratização, observando seu partido assumir governos estaduais, rumo a espaços de defesa de suas causas. Um outro grupo, aliado ao PT, de certa forma se opunha a institucionalização, pois de certa forma, decretava no momento sua própria exclusão como por uma visão com maior autonomia do movimento (Pinto, 2003, p. 69). Todavia, o CNDM se transformara em um organismo de Estado, responsável por elaborar e propor políticas especiais para as mulheres, na medida em que contrariava o temor de muitas feministas, se destacando no engajamento pró fortalecimento e respeito a autonomia do movimento de mulheres, o que lhe garantiu o reconhecimento de toda a sociedade. De fato, entre 1985 e 1989, apesar dos dissensos, a institucionalização se consolidou. O CNDM tratou, junto ao Estado, de quase todas as bandeiras feministas, tendo na sua atuação junto à Assembleia Nacional Constituinte o exemplo de mais bem sucedida participação, atuando de forma a unificar as demandas de todos os movimentos e convertê-las numa pauta nacional (Pinto, 2003, p. 72). Portanto, segundo Céli Pinto (2003) podemos afirmar que em grande medida as conquistas alçadas pelas mulheres não atingiriam o êxito desejado sem esse movimento de militância para as estruturas formais de poder.

O texto da Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte se refere ao CNDM como um organismo agregador das demandas das mulheres em todo o país: O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em novembro de 1985, lançou a campanha MULHER E CONSTITUINTE. Desde então, o CNDM percorreu o país, ouviu as Mulheres brasileiras e ampliou os canais de comunicação entre o movimento social e os mecanismos de decisão política, buscando fontes de inspiração para a nova legalidade que se quer agora. Nessa campanha, uma certeza consolidou-se: CONSTITUINTE PRA VALER TEM QUE TER PALAVRA DE MULHER. Para nós, Mulheres, o exercício pleno da cidadania significa, sim, o direito a representação, a voz e a vez na vida pública, mas implica ao mesmo tempo, a dignidade na vida cotidiana, que a lei pode inspirar e deve assegurar (Pinto, 2003, p. 72).

Destacaremos aqui, um trecho da carta, que ainda hoje, traduz os sentimentos reivindicatórios por maiores direitos, uma vez que a bancada feminina da Assembleia Nacional Constituinte nasceu em um espaço de magnitude masculina, fundida pelo sentimento de identidade e de solidariedade feminina. Conhecido como “*lobby do*

batom”, as mulheres obtiveram a aprovação de 80% de suas demandas. As deputadas, independente da filiação partidária, se organizaram em blocos, suas propostas, consideradas uma mudança de paradigmas em termos de participação política. Apresentaram propostas que tiveram como fonte a Carta das Mulheres Brasileiras à Assembleia Constituinte, documento que buscou compilar as demandas das mulheres de diversos segmentos.

[...] o direito a educação, a saúde, a vivência familiar sem traumas. O voto das mulheres Traz consigo essa dupla exigência: um sistema político igualitário e uma vida civil não-autoritária. Nós, mulheres, estamos conscientes que esse país só será verdadeiramente democrático e seus cidadãos e cidadãs verdadeiramente livres quando, sem prejuízo de sexo, raça, cor, classe, orientação sexual, Credo político ou religioso, condição física ou idade, for garantido igual tratamento e igual Oportunidade de acesso às ruas, palanques, oficinas, fábricas, escritórios, assembleias e palácios [...].

A Carta foi entregue ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulisses Guimarães, no dia 26 de março de 1987, configurando um acontecimento histórico, um verdadeiro marco que teve grande repercussão na mídia. Tal documento dimensionou, em síntese, as demandas históricas das mulheres brasileiras, que há tempos vinham sendo objeto de atuação de Grupos.

Ao longo da década de 1980, como se percebe, ao lado de práticas mais políticas, como partidarização e institucionalização dos movimentos, vários grupos autônomos organizados se consolidaram em torno de temáticas como violência e saúde, assuntos de fundamental importância presentes no conteúdo da Carta (Silva, 2012, p 113).

2. A LIGA FEMININA DO JARDIM SÃO CRISTÓVÃO EM SÃO LUÍS

2.1 Alguns movimentos de mulheres no Maranhão na década de 1980

Dentro do contexto de redemocratização podemos deduzir a gradual abertura e montagem da democracia no Brasil e, no que tange a participação das mulheres, como uma luta desenvolvida em diferentes vertentes de participação foi de fundamental importância histórica. O envolvimento das mulheres foi crucial nesse processo de reconquista de direitos. Devemos compreender os movimentos de mulheres inspirados tanto pelo viés feminista, quanto pelas necessidades cotidianas, seus entraves e desassistências dos vários setores políticos, como uma experiência histórica que, em síntese, se posicionou como luta de frente ao estigma da inferioridade feminina, além da carência de políticas públicas e assistenciais oriundas de posicionamentos de governos de qualquer esfera de poder. Porém, quando tratarmos de movimentos de mulheres, não haverá meramente conteúdo de cunho ideológico feminista.

Cada experiência irá configurar como um caso possível de atuação e limites de cenários políticos, sociais e culturais específicos, dessa forma, este capítulo tem foco no interesse de contextualizar os movimentos de mulheres, feministas ou não, sem, contudo, entrar no mérito do debate conceitual daquilo que distingue cada movimento aqui analisado dentro do ambiente de redemocratização. Citaremos alguns dos movimentos gerados após os estímulos desse período que foi tão importante para a criação de grupos de mulheres maranhenses, originando atuações que remeteram as lutas por criações de instituições, participação nas instituições e seguridade de direitos.

O cenário estava sendo montado para que, na década de 1980, o retorno a normalidade política possibilitasse o surgimento de novas instituições partidárias, como foi o caso do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Democrático Social (PDS), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Popular (PP) e o Partido dos Trabalhadores (PT), (Pinto, 2003). Esta reforma partidária também levou as militantes feministas a se dividirem entre partidos, sobretudo entre o PMDB e o PT. Este processo de reabertura política e construção de uma carta magna de direitos proporcionou, para parte da sociedade civil, a montagem dos denominados “novos movimentos sociais” (Sáder,

1988). Esses movimentos se organizaram em espaços de ação recorrentes as reivindicações, com ações emancipadas as relações de pura e simples dependência ou de coexistência com o Estado, dos partidos e de outras instituições. Esses “novos sujeitos”, segundo Sáder, o que inclui os movimentos de mulheres feministas, constituíram uma cultura de engajamento e autonomia, com uma vasta rede de organizações populares que se dispuseram em torno da conquista da garantia e da ampliação de direitos, tanto aos que faziam referência ao trabalho, quanto a melhoria das condições de vida no ambiente urbano e rural, abrangendo sua agenda de lutas contra quaisquer discriminações, como as de gênero e de raça.

Antes de entrarmos no mérito das organizações de mulheres em seus núcleos de atuação no Maranhão, o que servirá para transitar rumo a criação da Liga Feminina do bairro Jardim São Cristóvão, será estabelecido uma ponte entre aquilo que acontecia no Brasil e a ascendente participação das mulheres nesse processo de redemocratização aqui no Maranhão, sendo assim, ficará mais claro qual era a atmosfera vivida por estes grupos de mulheres.

A reconfiguração do período ditatorial ocorria em meio a crises econômicas com altos níveis inflacionários: a inflação chegando a 90% ao ano em 1982 e 200% em 1984. Os empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) ocasionaram redução do crédito, déficit do capital público, dos subsídios, a desvalorização da moeda e também o congelamento de reajustes dos salários, atingindo toda classe trabalhadora na medida em que levaram a eclosão de greves, não só entre a classe operária, mas também entre professores, médicos, funcionários públicos, motoristas, bancários, os quais protestavam contra os baixos salários e as demissões em massa. Sem recursos e com a dívida externa em crescimento, o país entrou em um período de recesso econômico, levando ao empobrecimento da classe média oriunda dos tempos do milagre econômico, mesma classe que garantiu apoio ao regime militar durante o golpe de 64 (Rodrigues, 2001). De 1981 a 1984, por três anos consecutivos a renda média caiu ao invés de subir. Com um índice de desempregos subindo em torno de 4 milhões, as grandes e médias cidades viveram protestos e passeatas que acabavam, muitas vezes, em saques a supermercados, deixando claro o descrédito governamental de resolução do desemprego. No meio rural eclodiram greves trabalhistas, a exemplo dos boias-frias de Guariba no interior de São Paulo, os quais reivindicavam melhorias salariais (Rodrigues, 2001).

Contudo, a crise dos anos 80 não interrompeu o processo de introdução feminina no mercado de trabalho, cenário que já vinha evoluindo desde a década de 1970. Nesse período, houve a junção de vários fatores que influenciaram neste setor específico do trabalho feminino. A política salarial repressiva, as transformações nos padrões de comportamento e nos valores cotidianos relacionados ao papel da mulher, alinhavam dessa forma o movimento feminista, a expansão da escolaridade feminina e o acesso as universidades, e ainda o controle da reprodução, em virtude da disponibilidade de métodos contraceptivos no Brasil, são fatores que permitiram a oferta de mulheres no mercado de trabalho. Entre 1976 e 1985, por exemplo, a taxa de atividade feminina passou de 28,8% para 36,9%, com um crescimento do contingente de mulheres economicamente ativas a uma taxa anual de 5,6%, contra apenas 2,9% de incremento masculino.² Em 1982, a oposição competiu as eleições para os cargos de governadores, prefeitos de capitais e municípios de interesse para a segurança nacional e, embora heterogênea, conseguiu eleger dez governadores, incluindo nos Estados considerados mais importantes: Franco Montoro, em São Paulo; Leonel Brizola, no Rio de Janeiro e, Tancredo Neves, em Minas Gerais. Foram eleições em que as feministas estabeleceram fortes participações, através do campo das ideias, de candidaturas, da elaboração de plataformas contendo reivindicações. As ideias feministas não foram ignoradas: os partidos criados em virtude da reforma partidária colocaram em seus programas referências e preposições femininas (Tabak,1983). Foi nessa atmosfera de mudanças em que participavam as mulheres. Grande também foi a participação de setores da sociedade, o que as incluíam, tais como organizações de classe, a exemplo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e representantes da Igreja, principalmente a igreja Católica, além de uma frente única que reuniu partidos da esquerda, como o PMDB, PDT e o PT (Fausto, 2002).

No Maranhão também houve fortes manifestações das mulheres, aderindo e somando as manifestações, tanto na capital como no interior, com a realização de comícios e passeatas em prol das eleições diretas. Na praça do Pantheon, do comício pelas eleições diretas organizado pelo PMDB, que tinha como seu presidente Ulisses Guimarães, pelo PT e seu presidente Luís Inácio da Silva, e o PDT de Doutel de Andrade, além do deputado federal Freitas Nobre, da economista Conceição Tavares e da atriz da

² FIBGE/PNADs. Microdados. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/tabelas/mmt1.html>. Acesso em: 03 de novembro. 2023.

Rede Globo Dina Sfat, assim relatado no jornal *O Estado do Maranhão*, em fevereiro de 1984.³

Presentes também estavam aproximadamente 2 mil pessoas em passeata que percorreu as principais ruas do centro de São Luís, a partir da Praça Deodoro, em abril de 1984.⁴ Em Imperatriz, a manifestação foi aberta com uma passeata de protesto promovida por moradores do bairro Vila Lobão, em revolta ao descaso das autoridades em adiar de forma recorrente o início dos trabalhos de infraestrutura urbana no local.⁵ Como mostra na figura a seguir, as mulheres de forma organizada, e participando de maneira individual, se fizeram presentes nessas manifestações, endossaram e contribuíram com seu engajamento, ainda que de forma persistente o conservadorismo resistisse as suas ações. Dessa maneira, a luta era travada não somente contra o regime que haveria de ser substituído, como também aos estigmas que sofreriam, não somente pela sociedade como pelos mecanismos de informação que haveriam de noticiá-las. Contudo, suas participações tiveram extrema importância nas manifestações, um exemplo está na figura a seguir, na passeata pelas Diretas Já:

Figura 1 - Grupo de Mulheres da Ilha em passeata pelas Diretas Já!



Fonte: NA LUTA por direitos iguais. *O Estado do Maranhão*. São Luís, p. 1, 8mar 1984.

Sobre o movimento feminista no Maranhão, segundo Mary Ferreira, em 1980 surge o primeiro grupo feminista maranhense, o Grupo de Mulheres da Ilha de São Luís.

³ MUITO concorrido o comício Pró-diretas. *O Estado do Maranhão*. São Luís, n. 4367, p. 02, 15 fev. 1984.

⁴ DIRETAS Já movimenta população. *O Imparcial*. São Luís, n. 15935, p. 1, 18 abr. 1984.

⁵ IMPERATRIZ faz comício pelas eleições diretas. *O Imparcial*. São Luís, n. 15932, p. 7, 4 abr. 1984.

Assim sendo, o início dos anos 80 representa a inauguração da atuação feminista no Maranhão, enquadrado dentro de uma perspectiva de movimento organizado, pois o feminismo parece ter ganhado visibilidade aqui no Maranhão a partir da formação deste grupo. A criação do Grupo Mulheres da Ilha de São Luís, e de outras organizações nos anos seguintes, como o Comitê Oito de Março, o Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, União de Mulheres, Espaço Mulher e Viva Maria, pareceu acompanhar o fenômeno apontado por uma série de estudiosas do feminismo brasileiro, como a organização de grupos feministas em todo o território nacional ao longo da década de 80 (Ferreira, 1998).

Durante a elaboração da Constituinte, em São Luís também houve contribuição e participação efetiva de vários grupos, chegando a escrever uma carta contendo reivindicações para serem inseridas na Constituição Federal. Após várias discussões de maneira a promover um encontro regional, em março de 1987 representantes de nove grupos, tiveram a chance de se manifestar no Legislativo Estadual, que cedeu espaço para que falassem na defesa de seus direitos. “Com este ato excepcional, que nossos direitos como mulheres e como cidadãs sejam assegurados na Constituição Federal”, expressou-se uma delas. Segundo Ana Araújo (2007), a participação das mulheres na Constituinte expressa uma das marcas do movimento feminista brasileiro durante os anos 80, sua atuação política se deu por meio da pressão organizada. Sua pesquisa descreve a participação de mulheres maranhenses rumo a Brasília para a entrega da carta, esta última, como resultante de movimento maior, relacionado a Carta das Mulheres (Araújo, 2007). Em 5 de outubro de 1988, após dezoito meses de desenvolvimento da Carta magna, foi então promulgada a nova Constituição Federativa do Brasil, com 245 artigos e 70 disposições transitórias, tratando até mesmo de outros assuntos, inclusive aqueles não considerados de natureza constitucional (Araújo, 2007, p 51).

2.2 A criação da Liga Feminina do Jardim São Cristóvão

O movimento de mulheres não esteve de fora de movimentos ligados a saúde. As bases para a criação do Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher (PAISM) estavam inseridas nessa conjuntura.

[...] As mulheres organizadas reivindicaram, portanto, sua condição de sujeitos de direito, com necessidades que extrapolam o momento da gestação e parto, demandando ações que lhes proporcionassem a

melhoria das condições de saúde em todos os ciclos de vida. Ações que contemplassem as particularidades dos diferentes grupos populacionais, e as condições sociais, econômicas, culturais e afetivas, em que estivessem inseridos (Brasil, 2010, p.16).

De acordo com (Santos, 2005), a temática sobre a saúde da mulher prolongou-se nos anos seguintes, o movimento de mulheres permeou espaços acadêmicos e demais movimentos sociais organizados, discutiam-se a respeito do Planejamento Familiar (PF) e sobre a necessidade de uma política de âmbito nacional que atendessem de forma integral as mulheres. Então, em 1983 é criado o Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher (PAISM) pelo Ministério da Saúde. O mesmo contribuiu para a redefinição da saúde reprodutiva no Brasil, que deixou os antigos modelos com ênfase na gestante, controle da natalidade, para atender a mulher em seus demais ciclos de sua vida.

No que diz respeito a saúde da mulher e ao que também incluía o planejamento familiar no Maranhão, também houve forte participação feminina. As mulheres estiveram envolvidas na implantação do Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher (PAISM) a nível nacional pelo Ministério da Saúde. Tal programa tinha o compromisso de atender as suas defensoras por meio de ações educativas e preventivas que contemplassem a mulher em todas as fases de sua vida, da adolescência até depois da menopausa e na velhice, considerando aspectos sociais e não somente biológicos⁶. Militantes feministas, como é o caso de Mary Ferreira, informam que a implementação foi diferente do desejado em seu planejamento.

Segundo Ferreira (1986), o PAISM não teria sido implantado a maneira defendida pelo movimento de mulheres em geral, além da efetividade do programa ter sido limitada e seu alcance não contemplar o esperado na prática, tornou perceptivo para as mulheres que a filosofia do programa estava dissonante a sua implantação. Segundo a feminista, os anticoncepcionais, por exemplo, estavam sendo distribuídos de forma irresponsável, a tal modo que mães chegavam a dar para seus filhos como vitaminas para engordar por já terem engordado durante o uso. A distribuição dos contraceptivos eram feitas pelo Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar no Brasil (BENFAM), organização sem fins lucrativos que estava ligado ao Ministério da Saúde. Porém, o descontrole se dava por falta de informação, mesmo que todo o processo aqui no Maranhão tenha se desenvolvido com o acompanhamento do Grupo de Mulheres da Ilha (Ferreira, 1986).

⁶ FERREIRA, Maria Mary. Como é o atendimento à saúde da mulher. O Estado do Maranhão. Caderno Alternativo, São Luís, p. 1, 19 set. 1986.

Dentro dos bairros de São Luís a saúde da mulher, de forma geral, tinha grandes problemas. Segundo Grace Souza, ao descrever parte da luta de formação, implementação e resistência do Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, aponta a necessidade de demarcação de espaço e do respeito, discutindo categorias de racismo imbricadas a categoria gênero de forma interdisciplinar. Na década de 1980, logo após se originar como uma dissidência do Grupo de Mulheres da Ilha, o GMNMA, discutia sobre:

(...) a violência contra a mulher, a saúde da população negra e da mulher negra, a identidade e a sexualidade para além do revanchismo sem precedentes dos homens negros (e de algumas mulheres negras) militantes, fato já visto nacionalmente quando mulheres negras de boa parte do país se unem para discutir suas demandas com base nas questões globais e específicas. No Maranhão, o GMNMA vai atuar in loco nos bairros e comunidades periféricas da cidade de São Luís, mais especificadamente nos bairros da Liberdade e do Coroadinho (Souza, 2018, p. 167)

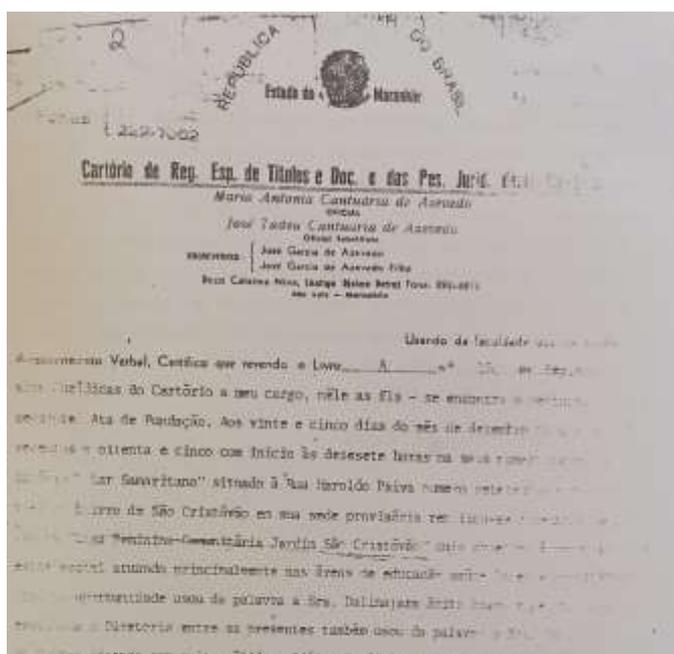
Fica claro que as mulheres estavam trabalhando com contundência para adquirir políticas públicas que não simplesmente permitissem maior equidade nas relações de gênero, como estavam se esforçando para que a saúde da mulher se constituísse como uma pauta em comum dos vários grupos e instituições, ligadas direta ou indiretamente a causa da mulher brasileira e, conseqüentemente, da mulher maranhense. É neste cenário que a Liga Feminina é criada, para em seu primeiro momento erguer-se como uma união de mulheres que lutariam não somente por políticas públicas efetivas no bairro do Jardim São Cristóvão, o que ocorreu em menor densidade, pois suas ações caracterizaram-se por lutas mais pautada em ações práticas, servindo ao bairro como um mecanismo orgânico de ajuda assistencial em vários setores, caridade, prestação de serviços públicos como saúde e educação, principalmente. No primeiro momento de sua criação, dadas as necessidades do aspecto precário da saúde no bairro do Jardim São Cristóvão, a Liga Feminina colocou em prática o projeto Lar Samaritano, um posto de saúde vinculado com órgãos competentes do município. O Lar Samaritano contava com o voluntariado de médicos, enfermeiras, técnicos e operacionais, amigos e amigas desta coalizão de mulheres que tinham como causa maior em sua gênese, ofertar serviços básicos de saúde a população local. As informações sobre a Liga Feminina, e suas instituições criadas para as áreas da saúde e educação, foram obtidas, principalmente, por meio das entrevistas com seus participantes.

A gente oferecia nesse posto como na Liga Feminina era medicamento reunião que a gente fazia com a saúde, nós tinha (sic) posto de vacina de cachorro, nós tinha (sic) posto de vacina de criança, e que tudo foi

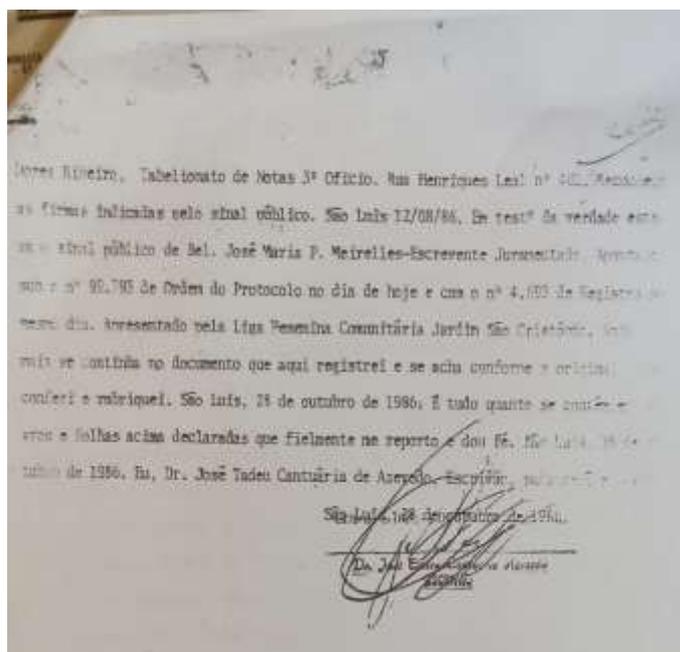
tirado dessa entidade então foi um trabalho pra comunidade que precisava, tá. Esse trabalho nosso da liga feminina com o posto precisava que até hoje, tú sabe que precisa né? até hoje precisa! mas não tem nada.⁷

A fundação da Liga Feminina Comunitária do Jardim São Cristóvão se deu em paralelo com a criação do Lar Samaritano, a formalização da Liga junto ao cartório Cantuária de Azevedo acontece no dia 25 de dezembro de 1985, porém, a realização da reunião extraordinária que confecciona a ata de fundação acontece bem antes dessa data, e no dia 24 de julho de 1986, ou seja, aproximadamente um ano depois do registro em cartório, foi registrado o primeiro Estatuto. A data da ata de fundação tem um conteúdo muito mais simbólico para as integrantes da instituição e, certamente, a demora do registro da ata em relação ao estatuto em cartório se dá nos moldes dos últimos acertos para a formalização, pois, além de burocrático, a instituição teria que contar com pagamentos de taxas no órgão registrador. Logo abaixo, duas figuras comprovam tais registros:

Figura 2 – Imagem da Frente do primeiro Estatuto **Figura 3 -Imagem do Verso do primeiro Estatuto**



Fonte: Arquivo pessoal de D. Graça



Fonte: Arquivo pessoal de D. Graça.

Mesmo com a formalização do primeiro Estatuto acontecendo somente em outubro de 1986, D. Graça fez questão de mostrar que a data simbólica da criação efetiva se dá

⁷ Entrevista com Dona Graça, realizada em 13 de novembro de 2023.

com a formalização da “pessoa jurídica”, em 24 de julho de 1986, e também deixou claro que outubro de 1986 marca a data do registro do Estatuto, porém, considera que a Liga Feminina já se encontrava desde o início de 85 discutindo e atuando, ainda que de forma não oficial, pelo bairro. Portanto, aqui se difere da informação dada pela cofundadora da Liga, que o marco do acontecimento não estipula o referencial do acontecimento, pois o ano de 1985 foi o início da jornada dessas bravas mulheres, que de forma organizada se juntaram para criar seu teor jurídico e contábil em 24 de julho de 1986, dada a abertura de seu cadastro de pessoa jurídica e levando ao registro do seu primeiro Estatuto em outubro do mesmo ano. Como ficou comprovado nas evidências da Pessoa Jurídica da instituição, a saber nesta próxima figura.

Figura 4 - CNPJ da Liga Feminina do Jardim São Cristóvão

17/05/2021

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.828.713/0001-48 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 24/07/1986
NOME EMPRESARIAL LIGA FEMININA COMUNITARIA DO JARDIM SAO CRISTOVAO		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ESCOLA COMUNIT JARDIM DE INFANCIA BRANCA DE NEVE		PORTO DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 84.39-8-01 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 84.31-8-01 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 84.39-8-01 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-0 - Associação Privada		
LOGRADOURO R SANTO ANTONIO	NÚMERO 75	COMPLEMENTO *****
CEP 65.099-110	BARRIO/DISTRITO JD SAO CRISTOVAO	MUNICÍPIO SAO LUIS
UF MA		ENDEREÇO ELETRÔNICO LIGAFEMININAS@HOTMAIL.COM
TELEFONE (098) 2467-372		ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 17/05/2021 às 16:14:13 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Fonte: Arquivo pessoal de D. Graça.

A data de abertura do CNPJ da instituição informada é de 24 de julho de 1986, demonstrando o interesse de caracterizar este prazo como a afirmação real da formação institucional da Liga Feminina, uma vez que a sua fundação oficial em dezembro de 1985 se completa com esta data da pessoa jurídica. Por esta razão, é importante considerar a História Oral como metodologia de pesquisa aplicada e de constituição de fontes para a análise histórica contemporânea. Pois essa metodologia se constitui na realização de entrevistas como as noticiadas neste trabalho, gravadas com participantes e testemunhas de acontecimentos, processos e conjunturas. Segundo Verena Alberti (2005), trabalhos metodológicos como este servirão de ferramentas teóricas nas mais diferentes disciplinas das Ciências Humanas, como a Antropologia, a História, a Literatura, a Sociologia e a Psicologia, demonstrando seu caráter interdisciplinar. Mais tarde algumas práticas dessa História Oral antropológica foram sendo questionadas, como o fato de considerar o relato a própria história, como se a fonte oral revelasse “o” real, descartando o esforço interpretativo, considerando que *“uma única entrevista ou um grupo de entrevistas era capaz de dar conta de forma definitiva e completa do que aconteceu no passado”* (Alberti, 2005, p. 158).

Nesse contexto, a entrevista de D. Graça nos convida a imaginar o cenário da montagem desta instituição tão importante para o bairro do Jardim São Cristóvão. Vale ressaltar que esta pesquisa se dá graças ao aperfeiçoamento do gravador portátil, na década de 1960, no clima dos movimentos de 1968, onde foram frequentes as entrevistas com pessoas dos mais diversos grupos sociais que, em suma, não deixavam registros escritos de suas ações e prismas de mundo. Constituindo-se em “outra história”, aderida por militantes acadêmicos marginalizados(as), procurando dar vozes aos excluídos, abordando assuntos do cotidiano de pessoas simples. Por isso, fazendo oposição a história dos “grandes homens”, essa história tornou-se uma contra-história, a história do local e do comunitário, ao constituir-se como História Oral antropológica ou “militante” (Joutard, 2006).

Segundo D. Graça, grande parte da membresia da Liga Feminina também fez parte da União dos Moradores do Jardim São Cristóvão (UMJSC). Dona Graça também relata que por problemas de má administração da União de Moradores do bairro, as mulheres ficaram insatisfeitas, e em breve constituiriam a base organizacional da Liga Feminina, levando a uma espécie de rompimento parcial com a instituição. Observando a

precariedade de instituições de saúde no bairro, e da mesma União de Moradores, onde haviam equipamentos e local destinados para o funcionamento do posto de saúde, mas que na prática não havia nenhum tipo de realização benéfica nesse contexto, um grupo de mulheres passou a se encontrar regularmente em locais públicos, como as casas das amigas em comum, partilhando de momentos de convivência e discutindo sobre os assuntos do cotidiano simplório do bairro e da ausência dos serviços públicos básicos para os moradores da região. Quando perguntada sobre o cenário político, econômico e social na época em que se elaborava essa coalizão de mulheres do bairro do Jardim São Cristóvão, D. Graça responde:

[...] Foi nós aqui no bairro precisamos primeiro do posto médico, Então com esse posto médico a gente fundou a Associação da Liga Feminina, na rua Haroldo Paiva, o número agora eu já não tenho aqui na cabeça. E era, o nome do posto era Lar Samaritano e lá eu quero dizer que nós fundamos a Liga Feminina [...] dentro desse tempo da política existiam quem assistisse mas era quase como agora que mas não era então a coisa como agora porque naquele tempo a gente tinha os políticos que a gente pedia como na união dos moradores tinha lá um posto de saúde só que não funcionava e lá tinha tudo, tinha as mesas, tinha maca, tinha tudo naquela união dos moradores só que nunca funcionou, fechou e nunca funcionou, e o que a gente fazia mesmo nós lá no posto era só ajuda pra comunidade, ajudando a comunidade [...]⁸

O alvará de funcionamento é a prova da licença expedida pela prefeitura que dispõe a veracidade dos relatos de D. Graça, pois, como já informado, o Lar Samaritano surgiu em paralelo com a Liga Feminina Comunitária do Jardim São Cristóvão, em 1986, se configurando como o principal motor de arranque para o engajamento comunitário da instituição. O posto de Saúde, ou postinho de saúde, como se refere D. Graça apresentando um tom de carinho pelo projeto, era responsável por vacinar crianças, jovens e adultos, animais, oferecer consultas médicas, por vezes curativos e remédios gratuitos, além de estabelecer uma via de clientelismo com seus sócios participantes, uma vez que a Liga Feminina angariava apoiadores entre os locais, aos políticos apoiadores da instituição. Foi o posto de saúde uma das principais bandeiras defendidas em sua gênese, pois a carência desses serviços era latente em um bairro de gente humilde, sem condições de pagar por determinadas demandas. O PASM também encontrava seu eco no funcionamento do posto, uma vez que as mulheres eram um dos grupos mais atendidos, garantindo aquilo que estavam ao alcance da oferta que a Liga poderia oferecer, referindo-

⁸ Entrevista com dona Graça, em 13 de Novembro de 2023.

se ao posto, contraceptivos, preservativos, encaminhamentos para médicos especialistas, entre outras demandas atendidas.

Na figura seguinte veremos a licença de funcionamento, e como a expedição regular desse documento era importante para normatizar e fiscalizar, uma vez que existiam padrões de funcionamento constantemente vistoriados por órgãos públicos em relação a todas as instalações, atividades, regularidades e conformidade com a higiene e estrutura do local a ser realizada as ações voltadas ao posto de saúde. O que deixa claro o compromisso da Liga Feminina em respeitar as normas vigentes e atender de forma regulamentada, buscando os reflexos de coexistência com o setor público, demonstrando que o Lar Samaritano foi uma iniciativa extremamente organizada e que não funcionou de qualquer jeito, mas seguiu os padrões de conformidade exigidos pelas autoridades.

Figura 5 - Alvará de funcionamento do Lar Samaritano

Nº 038757
 0117542/803-701

PREFEITURA DE SÃO LUÍS
 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

ALVARÁ
 LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO
 EXERCÍCIO 1986

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 00001190000-6
 NOME: ALVARÁ
 ENDEREÇO: LIGA FEMININA COMUNITARIA DO JARDIM SÃO CRISTOVANI
 COMPLEMENTO: LAR SAMARITANO
 NOME DO PROPRIETÁRIO: LIA

DATA DE EMISSÃO: 11/11/1986
 DATA DE VENCIMENTO: 11/11/1989

ATIVIDADE ECONÔMICA: CLUBES ATIVIDADES ASSOCIATIVAS, NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
 LOCALIZAÇÃO: RUA CLEONIR LOPES/BOX 13
 COMPLEMENTO: JARDIM SÃO CRISTOVANI

VALIDADE: ESTE ALVARÁ É VÁLIDO ATÉ 08/04/1989 - SOMENTE PARA A LOCALIZAÇÃO E ATIVIDADE ACIMA DESCRIMINADA.

São Luís, 10 de NOVENBRO de 1986

BRILEX
 CILIO EMPRESA DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
 S.A. - SANEAMENTO

O PRESENTE ALVARÁ DEVERÁ SER AFIXADO EM LOCAL BEM VISÍVEL À FISCALIZAÇÃO

Fonte: Arquivo pessoal de D. Graça.

A fotografia do alvará de funcionamento mostra a constituição e início das atividades do Lar Samaritano, em 11 de novembro de 1986, mesmo ano de fundação e

oficialização da Liga Feminina, em julho e outubro de 86. O prazo de validade data até o mês de abril de 2004, e a data de emissão deste documento em 18 de novembro de 2003. Isso nos leva a observar o caráter fiscalizador do município e a relação da Liga com os órgãos competentes, as parcerias fechadas para o funcionamento do Posto de Saúde Lar Samaritano que se dava de forma institucional, quando recursos diversos como vacinas e outros materiais partiam do município, ou quando as parcerias eram voluntárias, partindo de iniciativas privadas ou envolvimento afetivos de médicos, enfermeiros e outros profissionais, que após serem convidados a participar dessa obra comunitária, se engajavam e participavam de forma efetiva, se disponibilizando para atender em horários programados a população local do bairro Jardim São Cristóvão.

A Liga Feminina Comunitária do Jardim São Cristóvão estabeleceu-se dentro de um contexto nacional de Movimentos sociais emergentes no meio civil organizado, pessoas pobres, carentes e necessitadas de serviços, aos quais o setor público não amparava em sua totalidade. As mulheres, insurgentes em caráter feministas, ou em sua união pró serviços básicos, sejam na área da saúde, educação, ou que tange a própria segurança do gênero, se juntaram, criando coalizões mistas de interesses diversos. Nos chama a atenção como era dinâmica as nomenclaturas criadas para denominar tais movimentos no Maranhão, mostrando com isso a diversidade dos grupos criados no intuito de atender suas comunidades e seus interesses, geralmente pavimentadas pela ausência do poder público nos tratamentos e políticas públicas que consolidassem os direitos civis antes e após o estabelecimento da constituinte. D. Aldecy Ribeiro relata bem o contexto da criação da Liga Feminina Comunitária do Jardim São Cristóvão, ao dizer:

Olha, da Liga Feminina do Jardim São Cristóvão, ela se desenvolve como todas as associação, porquê ela também é uma associação. Ela se desenvolve no sentido de trazer melhorias e benefícios para os bairros, né? Melhorias pra mulheres, que quase não saiam nem de casa, mas aí começou esse grupo, se juntava esse grupo de pessoas e fundava aquela instituição pra os domingos e sábados a tarde para fazer movimento social nas praças, nos bairros e até levantando as associações, as ligas o tempo pra quê as entidades se desenvolvessem [...] No caso, no Brasil começou um movimento de trabalho social, um trabalho desenvolvido pela sociedade civil organizada no Brasil. E a Liga Feminina não foi diferente e surgia todo nome, era clube de mães, outros era associação de mães, associação beneficente, união de moradores, que a princípio, primeiro era só união de moradores, aí depois foi surgindo outros nomes. Aonde veio surgir, Liga Feminina, Liga de desenvolvimento e São

Cristóvão foi agraciada pela o nome de Liga Feminina do Jardim São Cristóvão.⁹

Para que a Liga Feminina pudesse entrar em cena como instituição formalizada, ela deveria ser vinculada a Federação de União de Moradores de Bairro e Entidades Similares do Maranhão – FUMBESMA. Fundada em 31 de janeiro de 1965, esta última instituição era responsável por cadastrar qualquer grupo social de bairro que surgisse para fins organizacionais de arranjo comunitário. A FUMBESMA é responsável também por períodos eleitorais quando convidada para formar juntas governativas para a condução das eleições, quando determinadas entidades eram levadas até a Promotoria de Fundações e Entidades de Interesse Social da comarca de São Luís – MA. Popularmente conhecida como Promotoria das Entidades, fazendo parte do Ministério Público do Maranhão, ambas instituições compilam, administram, reconhecem e, por vezes, intervêm na administração da entidade, podendo levar ao afastamento de seus administrativos e lideranças, em alguns casos. Funcionando hoje no bairro da Alemanha, a sede da FUMBESMA recebia várias entidades de bairros, promovia excursões para outros Estados, seminários e conferências, cursos, funcionava como posto de saúde, alojamento, recebia visitas do setor público, elaborava e promovia simpósios, além de também servir como órgão fiscalizador tanto das instituições de bairro como do primeiro setor, ideia que ficará clara logo em seguida. Também promovia assembleias entre os grupos diversos, onde debatiam sobre os problemas do cotidiano das comunidades, organizavam e realizavam visitas nos bairros, acompanhavam as fundações de seus grupos comunitários, promoviam cursos de capacitação no âmbito de sua sede, além de promover o esclarecimento das principais idéias a nível do que ficou conhecido como terceiro setor, ou seja, todo setor de iniciativa da sociedade civil organizada, de utilidade pública e sem fins lucrativos.

Diferindo-se do primeiro setor de políticas públicas, e o segundo setor de ordem privada, de mercado (Gohn, 2000). A fotografia a seguir foi tirada nesta atual sede, inaugurada em julho de 1982, no bairro da Alemanha, onde na criação e fundação da Liga Feminina Comunitária do Jardim São Cristóvão tudo se deu em relação as participações recíprocas entre as duas instituições, consolidando uma parceria para além de ferramenta comunitária entre os setores 1, 2 e 3, além de catalizadora de relações interinstitucionais.

⁹ Aldecy Ribeiro Cantanhede, Presidenta da Federação de União de Moradores de Bairros e Entidades Similares do Maranhão (FUMBESMA), em entrevista concedida no dia 08 de Janeiro de 2024.

Figura 6 - Memorial da sede da FUMBESMA



Figura 6. Memorial da atual sede da FUMBESMA

Figura 7 - Sede da FUMBESMA

Figura 7. Sede da FUMBESMA¹⁰

Atualmente com a Sra. Aldecy Ribeiro na presidência, a FUMBESMA ainda continua ser atuante nas relações de fundação e acompanhamento nas entidades de bairro. No Jardim São Cristóvão esteve recentemente participando, por meio de junta administrativa, e conduzindo as eleições do Centro Comunitário, Cultural e Esportivo Jardim São Cristóvão, antes reconhecida como União de Moradores do Jardim São Cristóvão, de novembro de 2022 a 31 de abril de 2023. Mostra sua importância no funcionamento das entidades de bairro quando necessária intervenção oriunda do Estado, advinda da Promotoria das Entidades, criando um elo de ligação entre a sociedade civil organizada e o Estado. Dessa forma, destacamos mais uma vez a fala da Sra. Presidente da FUMBESMA, Aldecy Ribeiro quando diz:

Todas as entidades que se fundavam na época, elas se fundação através da federação. Ela vinha da federação, a federação, eles ficava o bairro, vinha aqui, vinha reunião, as reuniões que não eram nem aqui, era em outro bairro, era em outro bairro aí vinha prá cá, aí tinha as reuniões aos domingos, aos sábados, aos domingos. Aí aqui as pessoas solicitavam que o presidente, a diretoria da federação fosse participar de um dia de uma festividade na comunidade e lá era geralmente, era praticamente eles fundavam mas a federação dava o aval geral que fosse de fato e de direito pra que entidade dali partisse para o cartório de registro, pra que ela fosse de fato e de direito uma entidade social na comunidade e ali que foi a que era a ligação da federação com a entidade.

¹⁰<https://www.google.com/local/place/fid>

Nessa estreita relação com a FUMBESMA, Promotora das Entidades, sociedade civil organizada na figura da União de Moradores local, as mulheres davam início a Liga Feminina do Jardim São Cristóvão e suas ações voltadas para o bem estar social, inicialmente na área da saúde, para logo depois migrarem gradualmente para práticas beneficentes na área da educação. Com o bairro do Jardim São Cristóvão carente em quase todos os setores de serviços públicos, a Liga Feminina desbravou seu potencial mirando naquilo que podiam para proporcionar melhorias nos direitos da sociedade local e proporcionar benfeitorias que lhes achassem em condições de promover, dadas as circunstâncias tão precárias no bairro que não dispunha de serviços básicos de saúde, de qualidade.

3. A LIGA FEMININA E A LUTA POR EDUCAÇÃO: O CASO DA ESCOLA COMUNITÁRIA JARDIM DE INFÂNCIA BRANCA DE NEVE

3.1 A formação do bairro Jardim São Cristóvão

Para compreendermos melhor o cenário geoeconômico da cidade de São Luís neste período de retomada da democracia, uma vez que a Liga Feminina é fruto de uma abertura democrática e advento de direitos firmados na Constituição de 1988, mas se forma em um contexto social carente, se faz necessário adentrarmos em uma rápida análise do campo geopolítico. Situada entre as décadas de 1970 e 1990, segundo Eduardo Neves (2013), a economia maranhense se torna mais dinâmica, isto é, em razão do projeto nacional arquitetado pelo regime militar implantado nessa época, o Projeto Grande Carajás.

O Projeto Grande Carajás foi um mega empreendimento político, econômico e social, implantado durante o início da década 1980 na Amazônia Oriental. A empresa Vale e Alumar são os dois carros chefe do projeto. O principal objetivo dessas empresas é transferir grandes somas de alumínio e minério de ferro (o ferro-gusa), através de seus terminais portuários localizados na baía de São Marcos, para abastecer os principais centros industriais do mundo (NEVES, 2013, p. 43).

Tal empreendimento, representado pela instalação do Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar), pela empresa Vale e seus respectivos terminais portuários em São Luís atraíram grandes contingentes populacionais para o município. A partir da década de 1970 e 1980, segundo Neves, com a construção da ponte José Sarney e da Barragem sobre o rio Bacanga, a cidade se expandiu para outras áreas, possibilitando o surgimento de uma série de conjuntos habitacionais e novos bairros. As principais características do crescimento urbano de São Luís são: “o avanço em direção ao município vizinho de São José de Ribamar, as áreas de Proteção Ambiental, as Zonas Rural e Indústria” (Neves, 2013, p. 41).

Segundo Ribeiro Júnior (2001), o programa Grande Carajás, que aqui se tornava uma estação da empresa Vale do Rio Doce e instalava a ALUMAR, ambas empresas localizadas no recém-instalado distrito industrial de São Luís (1980), traria impacto demográfico e ambiental causado pela instalação de tais projetos, redefinindo por estas razões a criação de dois grandes conjuntos habitacionais para a população de baixa renda: “a Cidade Operária 1987), com 4.770 unidades, ambos distantes do núcleo central da

cidade, sendo este último construído em área pertencente ao município de Paço do Lumiar” (Ribeiro Jr, 2001, p. 96). Neste processo de remodelação urbana de São Luís, na década de 1980, produziu-se ainda a ocupação desordenada de diversas áreas da cidade, possibilitando o aparecimento de aglomerações que mais tarde se constituiriam como os bairros: João de Deus, São Bernardo, Vila Brasil (bairros adjacentes do Jardim São Cristóvão), Divinéia, Vila Mauro Fecury (I e II), Vila Janaína, Vila Luizão, entre outros.

Júlia Petrus (2013) também descreve nesta mesma linha o motivo da taxa de crescimento se elevar na cidade de São Luís, nas décadas de 60 a 80, que acontece devido a expansão espacial da urbanização, bem como um relativo crescimento industrial, como atrativo a cidade.

As décadas de 70 e 80 do século 20 demonstram a presença de um fluxo populacional contínuo e ascendente, desde a década de 60, que coincidiu com o avanço espacial da urbanização de São Luís. Além disso, constituíram indicadores seguros das tendências de um movimento populacional mais recente, principalmente se forem analisados em conjunto com o crescimento industrial estabelecido na década de 80 e os atrativos que foram criados com a implantação dos grandes projetos mineroindustriais na capital maranhense. (Petrus, 2013, p. 190).

Seguindo essa perspectiva, tentamos empreender um trabalho reflexivo de combinação de elementos de interação simbólica e da História Social, a fim de buscar os condicionantes históricos e sociais omitidos ou enfatizados nos processos de construção identitária da Liga Feminina, em sua ação periférica no bairro Jardim São Cristóvão. Por isso, a importância de se construir minimamente a imagética da formação do bairro, que no primeiro momento se chamava Tirirical, para posteriormente se subdividir em São Cristóvão e Jardim São Cristóvão. Também deixo claro a intenção de focar na formação do bairro do Jardim São Cristóvão, que sedia a Liga Feminina, objeto de pesquisa deste trabalho, sem a presunção de fazer um trabalho aprofundado, minucioso, da formação do bairro.

A população era obrigada a viver condicionada as péssimas condições de infraestrutura básica para moradia e convívio social, tanto ao que se confere ao poder aquisitivo, por se tratar de uma população de baixa renda, como ao que se confere as políticas estruturais básicas para o convívio social. Fossem nas áreas próximas aos rios Anil e Bacanga (como os casos do Sá Viana, Floresta, Ilhinha no São Francisco, Liberdade, Vila Padre Xavier e Coroadinho) ou em áreas um pouco mais distantes (como os bairros do São Bernardo, João de Deus, Vera Cruz e Anjo da Guarda), tais ocupações

apresentaram características comuns como: a precariedade das habitações e infraestrutura básica de serviços urbanos, o perfil socioeconômico das populações ali residentes e também a situação de conflito que marcaram essas áreas oriundas do crescimento espontâneo, pois segundo autores que abordam a questão urbana de São Luís (Pereira, 2012; Neves, 2013; Petrus, 2013; Ribeiro Jr, 2001), essas áreas por vezes eram locais de conflito por serem alvo de reivindicação de “*antigos donos*”, imobiliárias, construtoras e desapropriações do próprio aparelho estatal, pois nesse mesmo período a especulação imobiliária estava em alta. Nesse sentido, o referido contexto possibilita-nos pensar tais bairros - associados a essas respectivas áreas – como produtos de um processo de confronto. Era notória a precariedade das construções, quase sempre erguidas em estruturas de madeira e cobertas de palha e barro, e a ausência de infraestrutura básica de saneamento, água encanada e rede de esgoto e de coleta de lixo.

O bairro Jardim São Cristóvão surgia nesse contexto de crescimento espacial da cidade, como resultante do crescimento demográfico acompanhado da demanda populacional arregimentada pelo urbanismo de São Luís dos anos 1960 à 1980.

Vale ressaltar neste trabalho que a memória individual e coletiva contribui para o entendimento da realidade, reescrevendo uma história outrora não contada ou omitida. Com base na subjetividade, os sujeitos da memória fortalecem as vivências de um grupo enquanto prática social, dando ênfase aos aspectos macrossociais que acentuam suas experiências de mundo e geram estado de pertencimento ao coletivo. A partir da memória é possível compreender a identidade construída, uma vez que o sujeito não é inerte aos acontecimentos da sociedade, mas, sim atuante em total interação. A memória e identidade se cruzam enquanto ressignificações do passado para afirmação do presente em um processo de reavaliações, autoanálise e auto reconhecimento. Para Joel Cadau (2011, p. 19), “memória é a identidade em ação”, pois todo ato memorial apresenta intencionalidades identitárias, conferindo sentido ao passado revisitado. Memória e identidade se reforçam de modo que “não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente”.

Sobre a formação do bairro Jardim São Cristóvão de São Luís - Maranhão, nenhum trabalho voltado a sua origem foi encontrado. Mas, tomando partido pela memória relatada e levando em conta o arquétipo oral desta pesquisa, podemos imaginar as dificuldades do dia-a-dia enfrentados pelos moradores, como mostram os relatos de

moradores antigos, como é o caso do Sr. João Lisboa¹¹, atual presidente do Centro Comunitário, Cultural e Esportivo Jardim São Cristóvão (CCCEJSC), antes conhecida como União de Moradores do Jardim São Cristóvão. O senhor João Lisboa conta que os moradores do atual perímetro conhecido como Jardim São Cristóvão, que fica, hoje, entre a avenida Guajajaras e a avenida Lourenço Vieira da Silva, são moradores remanescentes do entorno da base aérea do bairro Tirirical, mesmo local que está localizado o Aeroporto Internacional de São Luís – Marechal Hugo da Cunha Machado.

O mesmo Aeroporto não contava com mais de mil metros de pista de grama no início da década de 1940, pertencente a Força Área Brasileira (FAB). Somente em 1943, depois de acordos entre Brasil e Estados Unidos, durante a segunda guerra Mundial, é que as instalações passariam a servir de base de apoio para o exército e a marinha dos Estados Unidos, nesse momento a infraestrutura do local foi ampliada para receber o arsenal bélico. Em 1946, após o término da segunda grande guerra, o local foi entregue ao ministério da Aeronáutica. Em 1974, o aeroporto passa a se chamar aeroporto do Tirirical, em referência ao bairro em que estava localizado. Administrado pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), o aeroporto passa a se chamar Marechal Cunha Machado somente em 1985, quando da homenagem ao Ludovicense representante do Brasil na Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) (Brasil, 2023).

Aqui se faz necessário explicar um pouco do por quê o bairro Tirirical passa a se chamar gradativamente de São Cristóvão, retomando os relatos do Sr. João Lisboa.

O que eu sei é, na época eu , como eu nasci aqui no Jardim São Cristóvão, mesmo São Cristóvão, antigo Tirirical, nós morávamos na área da aeronáutica, próximo o aeroporto, e nossas famílias, porquê a aeronáutica teve que aumentar a pista do aeroporto, nos deslocaram pra esse bairro que é atualmente o Jardim São Cristóvão [...] Na minha memória ele passou a se chamar São Cristóvão, mas pela paróquia do Bairro que no tempo colocaram a estátua do São Cristóvão, o padroeiro São Cristóvão, e passou a se chamar São Cristóvão¹².

Segundo Joca, como é popularmente conhecido o senhor João Lisboa, o bairro passa a ser conhecido como São Cristóvão graças as atribuições religiosas da igreja Católica e seus fiéis moradores, recebendo na rotatória principal do bairro a estátua do padroeiro dos motoristas e todos os condutores de veículos. Nessa mesma rotatória também funcionava a única praça do bairro, local por esta razão escolhido para a

¹¹ João Lisboa Barroso, atual presidente do Centro Comunitário Cultural e Esportivo Jardim São Cristóvão (CCCEJSC). Órgão rebatizado após novo estatuto criado em 2017, antes reconhecido como União dos Moradores do Jardim São Cristóvão fundado em 1970.

¹² Entrevista com o senhor João Lisboa, em 19 de Janeiro de 2024.

realização de manifestações culturais da paróquia, concentrando moradores locais como um verdadeiro lugar de convivência e socialização. Segundo o senhor Joca:

Essa rotatória era também uma praça ali no São Cristóvão, o movimento, é claro, de carro era muito pouco, na época nos anos 70 era muito pouco e essa praça foi feita nesse contorno né e lá tinha todas as brincadeiras e festejos dá paróquia era nessa praça do Jardim São Cristóvão.

Quando perguntado sobre as origens da União de Moradores e sobre a realidade social, o senhor Joca relata sobre a vida simples, de poucas vias (trilhas), uma densa vegetação, relata as dificuldades vividas, sem água encanada, sem redes de esgoto, moradias simples, precárias, e uma população assolada pela pobreza. Sem possuir energia elétrica, vivendo a luz de candeeiros abastecidos com querosene vendido nas quitandas¹³. Sobre a União dos Moradores, o senhor Joca fala de uma União de Moradores feita no antigo perímetro situado nas dependências da base aérea, mesmo espaço reivindicado pela Força Aérea Brasileira, defendendo que a atual União dos Moradores, hoje situada na rua Haroldo Paiva, havia existido anteriormente entre os moradores que habitavam a cercania do Aeroporto. O senhor Joca continua nos informando:

Já existia a União de Moradores dentro dessa área que nós estamos falando, da Base aérea que era da aeronáutica, já tinha uns moradores na época lá! E já existia a União de Moradores, que hoje é essa União que eu sou Presidente, que surgiu desses moradores que veio pra esse bairro do Jardim São Cristóvão. As casas todas eram de madeira, de barro, coberta com palhas, tudo bem precário, população pobre. Muito depois que foi surgindo telhas, tijolos, nós fomos começando a fazer as casas, mas passamos bom tempo mesmo, bom tempo em casas de barro, feita de madeira.

3.2 A Liga Feminina e a educação infantil

Como observado nos tópicos anteriores, grandes foram as mudanças geopolíticas e sociais que aconteciam dentro de um processo histórico de lutas e aquisição de direitos antes e pós a Constituição de 1988, no Brasil, e consequentemente, Maranhão e sua capital São Luís. Antes e durante a formação da Liga Feminina Comunitária do Jardim São Cristóvão, o jovem bairro do Jardim São Cristóvão encontrava-se em dificuldade social, o que provocou a União de um seletivo grupo de mulheres incomodada com a realidade

¹³ Pequenos estabelecimentos comerciais feitos a moda antiga com balcões e utensílios rústicos e artesanais, vendendo os materiais e insumos básicos para o dia-a-dia da população local.

social passível de engajamento e bravura, assumindo a luta por melhorias para a população local. Em seu Estatuto, está disposto uma pluralidade de alcances possíveis de atuação, que não se limitava somente aos serviços comunitários a saúde, mas deixava claro que teria por finalidade:

- A. Promover educação e desenvolver cultura;
- B. Promover a defesa da saúde e assistência social;
- C. Promover o amparo social da coletividade;
- D. Promover proteção a família, a maternidade, a adolescência e a velhice;
- E. Promover integração ao mercado de trabalho;
- F. Aplicar seus recursos integralmente na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos.

Também ficou descrito no seu Art. 3º - “No desenvolvimento de suas atividades a entidade não fará qualquer discriminação; no Art. 5º - “ A fim de cumprir suas finalidades a instituição se organizará em tantas unidades de prestação de serviço quantas se fizerem necessárias, aos quais se regerão pelo regimento interno”. Dessa forma, a disposição das relações beneficentes da Liga se ampliam em concordância com inúmeras carências no seu bairro de atuação, permitindo que migrassem e transitassem em inúmeras esferas sociais, projetando por vias de necessidades complementares as suas atividades mediante a observação daquilo que deveria ser feito para trazer proposição prática a carência, a fim de sanar ou combater determinados problemas na comunidade. Um exemplo de que a Liga estava a frente é a declaração de D. Graça, quando diz:

Pois é os parceiros que eu te falei, é o primeiro do posto era a saúde [...] porquê os médicos vinha da saúde foi uma parceria com ele sim. [...] era conversar diretamente com os médicos mesmo pra ir lá no nosso posto, como a gente aqui arrumou muitas rua pedindo nós e as mulher ia no SINFRA né, e foi parceria assim as parcerias que a gente mesmo fazia nossos ofício e levava como fundamos o posto que tu já viu que nós falamos já foi a parceria das vacinas que a gente tinha porque tinha precisão.

Ao que tudo indica, a Liga Feminina considerava emitir até mesmo ofícios para a Secretaria Estadual de Infraestrutura, solicitando melhorias nas vias do bairro. Nesse período, os Estados e municípios haviam aumentado suas participações nas transferências do Fundo de Participação desde 1988, também é verdade que desde os anos 1990 grande parte de funções antes obrigadas pelo governo federal foi transferida para os Estados e municípios, ou seja, aumentando a fonte de receitas, ao mesmo tempo, também as despesas (Cataia, Nobre & Aguiar, 2020). Por isso, consideramos a afirmação de D.

Graça, uma vez que as secretarias do executivo do Maranhão e São Luís tinham suas atribuições diretamente ligadas aos seus poderes aquisitivos, tornando possível de realizar qualquer solicitação direta vindo da população e suas instituições comunitárias.

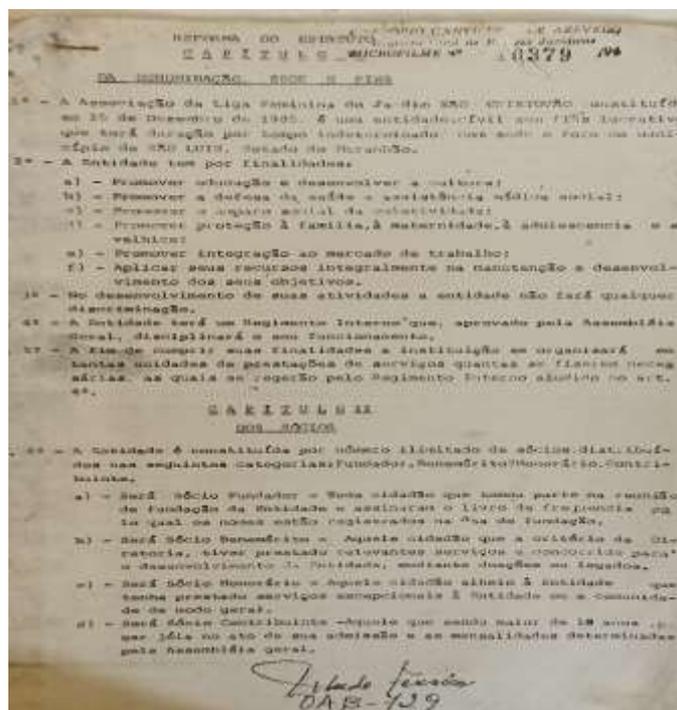
Desde sua origem, percebemos que a Liga Feminina Comunitária do Jardim São Cristóvão estava comprometida com a versatilidade de suas ações, composta por mulheres. Comparando os dados fornecidas por D. Graça com a ata de fundação da Liga, temos a informação que sua diretoria era formada originalmente pelos cargos institucionais de Presidente, vice-presidente, primeira e segunda secretária, primeira e segunda tesoureira, setor social, conselho fiscal e suplentes. Eram elas: a Sra. Irene Assunção (presidenta), Catarina Ferreira de Araújo (secretária), Maria Sousa Ribeiro, Jacira de Jesus Ferreira, Euzamar Martins de Brito, Maria Socorro Santos, Dalinajara Brito Braga, Nicea Silva dos Santos, Fernando Liberato, Creunice Chagas Sá, Maria Regina Carvalho, Arabela de Sá Brito Rocha, Simirane Silva de Sousa, além da D. Maria da Graça Pereira Galvão que nos concedeu a principal entrevista deste trabalho. Toda esta diretoria estava incumbida, desde sua gênese, em incentivar sócios, angariar patrocínios, promover eventos culturais e sociais, bem como os de lazer. Praticar a caridade, buscar parcerias, voluntariado, levar demandas da instituição e localidade para órgãos públicos, servindo por vezes de porta voz e ajudando nas implantações de políticas públicas na periferia do Jardim São Cristóvão, cumprindo também com agendas dos órgãos fiscalizadores advindas de parcerias, atendendo as demandas burocráticas resultantes das exigências cobradas para o funcionamento da instituição e suas áreas de atuação. Como era o caso do Lar Samaritano, que para funcionar, deveria cumprir com as exigências do município. D. Graça deixa claro as dificuldades encontradas para garantir o funcionamento e o desenrolar da gestão da Liga Feminina.

(...) tinha porque a primeira coisa que eles fazia era pedir o prédio a gente tinha que ter o local [...] não, tinha porque aqui eles iam olhar, eles faziam um ofício e mandar pedir um local quando eles vinho, antes vinha visitar vê se estava dentro do próprio [...] mas nós tinha voluntários [...] era do município, o município é o que é o que eu quero dizer mas nós tinha voluntário porque eles vão mandar uma ou duas, eu que tinha que arrumar as enfermeira e eles faziam um treinamento com aquelas enfermeira 2 ou 3 e elas eram voluntárias, trabalhava o dia todo sozinha primeiras¹⁴.

¹⁴ Entrevista realizada com dona Graça, em 13 de Novembro de 2023.

A seguinte fotografia da Reforma do Estatuto corrobora com as proposições e o dinamismo da Liga Feminina em suas perspectivas áreas de atuação

Figura 8– Proposições Estatutárias



Fonte: Arquivo pessoal de D Graça

Sabendo da liberdade de atuação da Liga, as componentes passaram a constituir outras parcerias, uma vez que o próprio posto de saúde já acarretava certos problemas no seu andamento, como a falta de recursos, fossem materiais, financeiros ou orgânicos. Ao mesmo tempo em que passara a vislumbrar a chance de aumentar seu raio de atuação, dessa vez na área da educação.

A instituição nascera juntamente com o posto e, mais precisamente, para o posto de saúde, no entanto, a dificuldade de manter o pagamento dos aluguéis do prédio onde funcionava o posto de saúde Lar Samaritano era um grande desafio para a Liga Feminina. Mesmo contando com ajuda de voluntários, ficava cada vez mais desconfortável transitar entre aluguéis de pontos comerciais do bairro, por esta razão, ainda em 1986, surge a possibilidade de adquirir um terreno na rua Santo Antônio, além disso, surgia a possibilidade de se estabelecer uma parceria com a Legião Brasileira de Assistência (LBA), podendo contar com o assistencialismo em forma de lanches para as crianças do bairro, cestas básicas para a instituição e para as mães carentes do Jardim São Cristóvão.

Quando perguntada sobre como surgiu a ideia de montar o Jardim de Infância, D. Graça respondeu:

(...) surgiu como, surgiu o posto médico como surgiu a Liga Feminina, precisão. Porque nós não tinha (sic) educação infantil porque todo mundo sabe que liga... É Jardim de Infância Branca de Neve, educação infantil, nessa época não existia educação infantil! era 7 anos primeiro ano seguia né? não tinha educação infantil então nós tinha muita criança de 3 de 4 anos de 5 que não tinha o que fazer como eu te disse LBA, ele fazia um trabalho assistencial e aí a gente começou pelo nome LBA [...]. LBA fazia era assistente social, criança de acesso as teses social e aí nós pegamos esse projeto da LBA que a gente recebia lanche para as criança e aí veio a fundação da escola que naquele tempo ainda não era escola, era Jardim de infância Branca de Neve.

A LBA, fundada em 28 de agosto de 1942, pela então primeira-dama Darcy Vargas, tinha como objetivo ajudar as famílias dos soldados partícipes da Segunda Guerra Mundial. Além de possuir vínculo com o Ministério do Interior, tinha também vínculo com o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para resgate de recursos. Já na década de 70, após a pressão feminista por ampliação de creches de modelo educativo, a LBA se configuraria como o suporte necessário para a manutenção de políticas públicas que viabilizasse a chance das mulheres trabalharem e, para além de iniciativas privadas do início do século XX até a regulamentação de implantação de creches na Consolidação das Leis Trabalhistas em 1943, deveria aumentar o número de creches a fim de se garantir o suporte daquilo que poderia se considerar como participação efetiva do Estado na educação infantil, desatrelando a visão do papel restrito da mulher como educadora dos filhos (Rosemberg, 1984).

Um dos marcos legais da LBA foi a ação da mulher como voluntária na mobilização da sociedade para enfrentamento de questões adversas. A partir de 1977, a LBA passa a atuar sistematicamente na área da creche com a criação do Projeto Casulo, que inicialmente foi implementado em 4 estados, expandindo-se em 1981, como o principal programa da instituição. O Projeto Casulo tinha como objetivo atender crianças de 0-6 anos, mais precisamente a partir do 4º mês de idade, proporcionando benefício no seu desenvolvimento biológico, psicológico e social. Desse modo, proporcionava-se aos pequenos atendimentos médicos, odontológicos, nutricionais; tarefas recreativas, assistência jurídica; no campo educacional, com a participação da família e da comunidade. Atendendo com isso, as crianças de famílias de baixa renda. O engajamento da família na assistência as crianças (proposto pela LBA) ao aludir a participação dos responsáveis, de maneira que o serviço viesse a ser permeado pela caricatura do

assistencialismo e da precariedade (Tatagiba, 2011). Para a Liga Feminina, haja vista a carência de educação e suporte as famílias do bairro, a necessidade surgia como principal motor de mudança de foco de atuação. D. Graça diz:

Foi o que a gente botou, então dentro desse parágrafo aí da, do posto com a liga, o posto sempre ele foi do nosso lado só que quando a gente começou a comprar esse terreno, o posto estava quase extinto porquê a gente não podia pagar, que quando nós andava era de casa em casa. A parceria, mas, era com os médicos e aí a gente tinha aquelas pessoas que se interessavam mas sem ser político né, sem ser político, nós tinha médicos voluntários.

Todavia, a Liga Feminina já enxergava a possibilidade de alçar novos voos com a compra do terreno que serviria de sede para a educação infantil, além de contar com outras parcerias que haveriam de surgir para melhor funcionamento da instituição Liga Feminina do Jardim São Cristóvão e consolidação da Escola Comunitária Jardim de Infância Branca de Neve, como veremos no próximo tópico.

3.3 A Escola Comunitária Jardim de Infância Branca de Neve

Com grandes dificuldades da Liga Feminina continuar com o Lar Samaritano, foi surgindo a possibilidade de novos convênios com o setor público, além de passar a contar com o apoio de determinados políticos, como foi o caso do Deputado Manoel Ribeiro, e a possibilidade de fazer a aquisição de um terreno para sediar a escola. A Liga Feminina se propôs a implementar um projeto que, dessa vez, atuaria no ramo da educação. Segundo D. Graça, o deputado Manoel Ribeiro já vinha ajudando a instituição no pagamento de aluguéis do último prédio alugado para alocar o posto de saúde Lar Samaritano, o que permitiu que a Liga pudesse contar com mais um apoio financeiro para comprar o terreno. Mesmo assim, a Liga nunca deixou de fazer a sua parte, e mesmo em meio as dificuldades, sempre se manteve aguerrida em movimentos de arrecadação para suprir as despesas dos projetos.

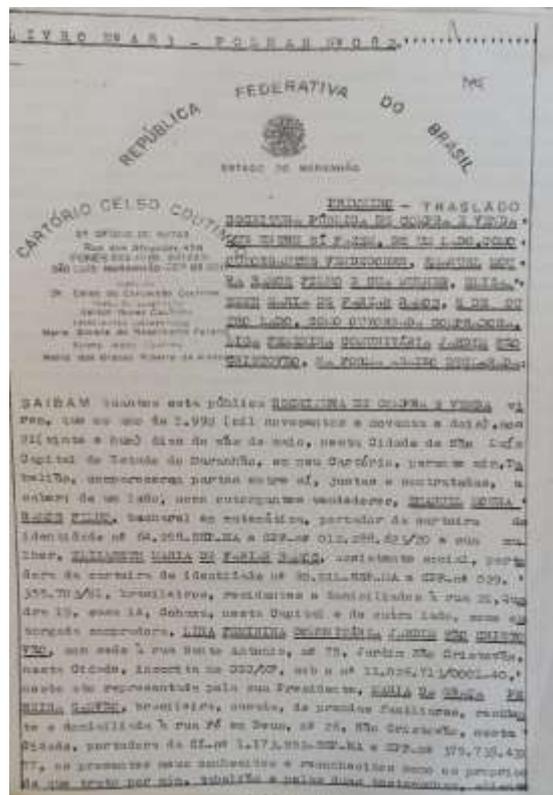
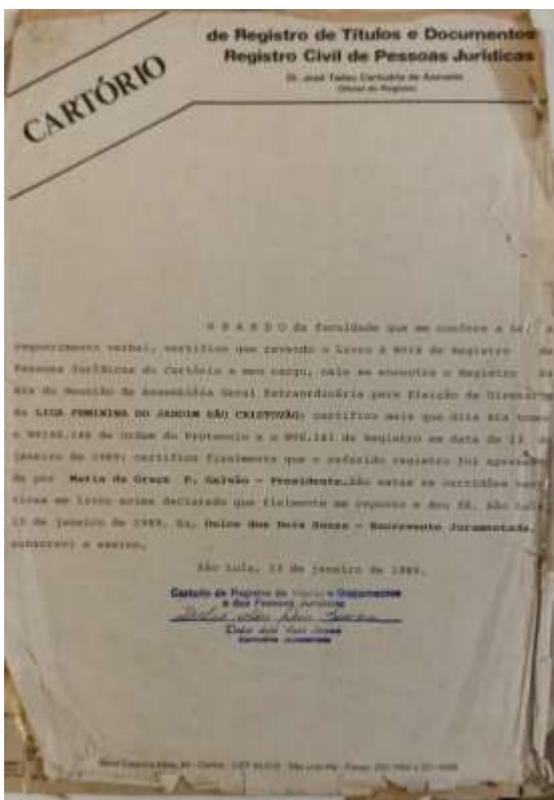
uma dificuldade era essa, era a gente achar que ajudasse por isso nós fazia o quê? nós fazia para nós ter isso aqui para nós ter era feijoadá, era piquenique tá, nós se reunia lá na minha casa mesmo porque eu não era ainda nesse tempo presidente [...] isso já era 86 já e aí a gente queria comprar um terreno, como que nós ia comprar o terreno? Aí ia na empresa pedia o ônibus a empresa era Cisne branco [...] sempre me dava e taga, taga, itaguá (taguatur) tudo bem. Então sempre eu ia com um ofício ele me dava 2 ônibus¹⁵.

¹⁵ Entrevista com dona Graça.

O terreno, situado na rua Cleonice Lopes havia sido o escolhido para compra do espaço que pavimentaria as ações de implementação da creche no primeiro momento, para então se tornar a Escola Jardim de Infância Branca de Neve. O sufrágio que leva a eleição de D. Graça ocorre 1988, e sua posse em 13 de janeiro de 1989. Logo depois uma série de medidas levaria a ocasionar a compra tão sonhada do terreno, pensado desde 1986. Com conversas bem adiantadas e um acordo apalavrado com Sr. Emanuel Moura e sua esposa Elizabeth Maria, a Liga Feminina chega ao seu objetivo de compra no dia 21 de maio de 1992, com a consolidação do pagamento do valor acordado e o registro de compra e venda assinado em cartório. A seguir duas figuras que expressam bem esses acontecimentos:

Figura 09 – Ata de posse da Presidência

Figura 10 – Registro do terreno



Fonte: Arquivo pessoal de D. Graça

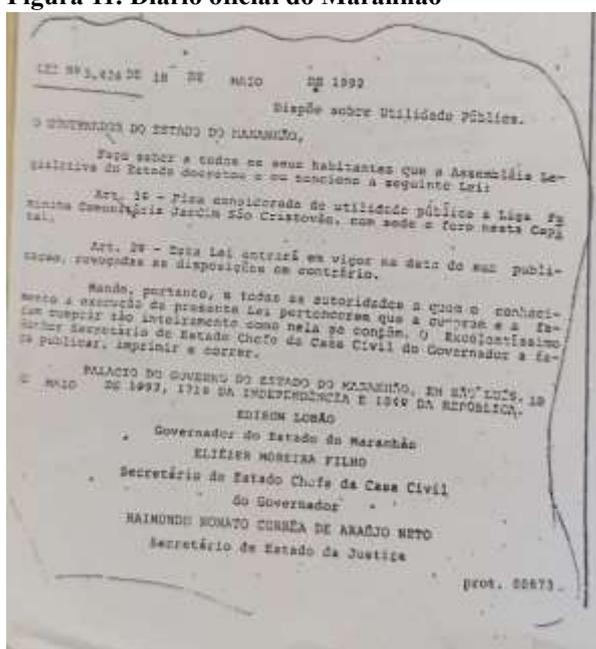
Fonte: Arquivo pessoal de D. Graça

No final da década de 1980, o Maranhão passava por uma situação educacional bastante delicada, com 5.274.797 habitantes, sendo 2.991.000 analfabetos, configurando um numero surpreendente de 55% da população sem acesso a educação básica, como aponta Sousa (2012). A faixa etária de crianças entre 4 à 6 anos de idade era de 504.214

crianças, das quais 340.117 eram da zona rural, 198.875 do total estavam matriculados na pré-escola, sendo 67.148 crianças da zona rural, é o que aponta o Projeto Alfabetizar DEMEC-MA, de 1990. O Maranhão tinha somente 2.669 pré-escolas, das quais 2.271 pertenciam a rede pública que detinha 3.674 salas de aulas, do total de 4.901 salas. Da mesma forma estava seu déficit do ideal de salas, 4.901 salas de aula se quisesse comportar um número de 25 alunos por sala, divididos respectivamente em dois turnos de ensino. Os professores, segundo aponta a mesma pesquisa, somavam os 7.642, e nesse universo 34,3% não tinham sequer o 2º grau completo (Sousa, 2012). Dados alarmantes que demonstram a precariedade vivida no ensino pré-escolar.

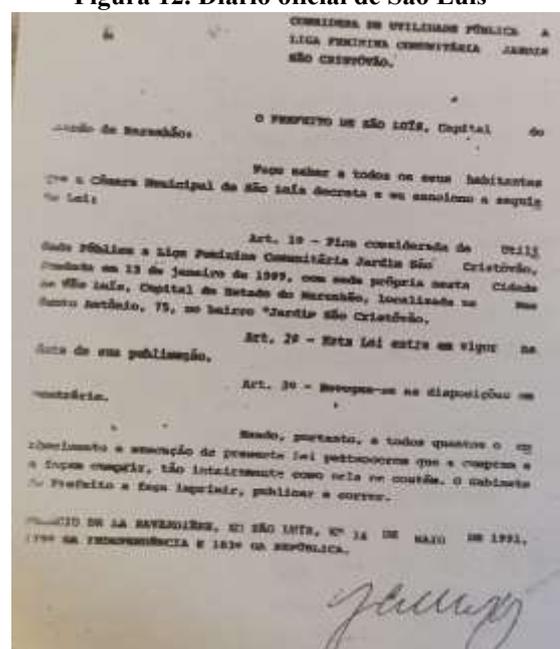
Percebemos que o cenário encontrado pela Liga Feminina, nesse novo desafio, não seria dos mais fáceis de serem enfrentados. Por isso, algumas medidas importantes foram tomadas para que as parcerias pudessem se estabelecer, uma delas foi conquistar o título de Utilidade Pública, para que a burocracia necessária para a implementação do projeto da creche-escola fosse devidamente reconhecida pelo município e pelo o Estado. O primeiro a reconhecer foi o município de São Luís, em 16 de maio de 1991, por meio da Lei nº 3.126. O Estado viria emitir o reconhecimento um ano depois, com a Lei nº 5.424, de 18 de maio de 1992. A seguir, as respectivas publicações nos diários oficiais do Estado e do Município de São Luís.

Figura 11. Diário oficial do Maranhão



Fonte: Arquivo pessoal de D. Graça

Figura 12. Diário oficial de São Luís



Fonte: Arquivo pessoal de D. Graça

Após a validação de utilidade pública pelo Município e Estado (1991 e 1992), e a efetivação da compra do terreno em maio de 1992, a Liga Feminina deu início as suas atividades com a creche escola. De forma improvisada, armaram um barraco feito de madeira, barro e palha para comportar as crianças no seu local de ensino, as professoras eram mulheres voluntárias moradoras do bairro que trabalhavam em outras escolas para se manter por meio dos salários que lá recebiam, essas mulheres não compunham o quadro da diretoria da Liga, com exceção de uma única integrante da Liga Feminina que também era professora. Eram voluntárias não assalariadas até futuras mudanças estatutárias, não abrindo mão, em um primeiro momento, de sua disponibilidade. Com muita disposição ajudavam na elaboração das atividades, na confecção dos materiais didáticos, na montagem da estrutura do barraco da escola, na limpeza do ambiente, no preparo do lanche, nas dinâmicas, brincadeiras e qualquer medida de arrecadação para suprir as necessidades básicas do Jardim de Infância Branca de Neve. D. Graça explica que:

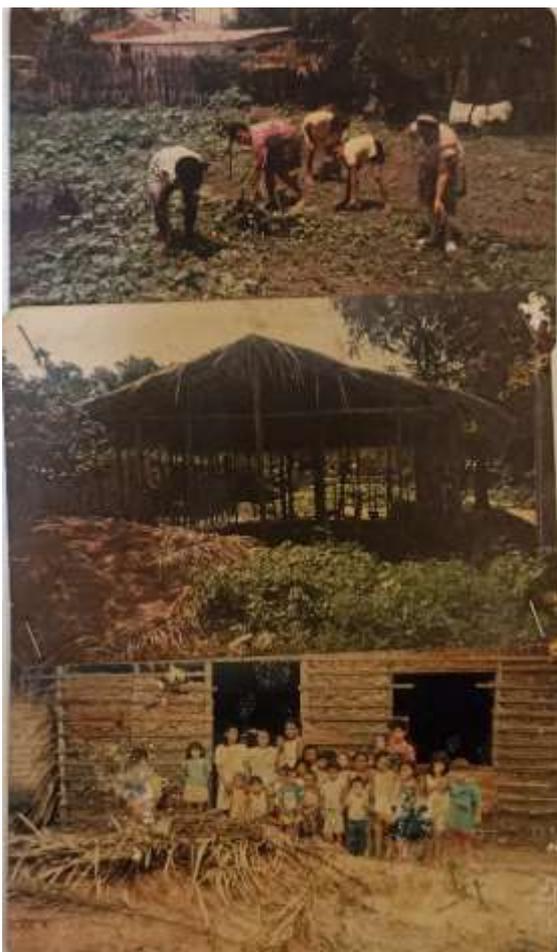
todos nossos professores são formados, mas, era comunitário era de graça ninguém tinha nada nós não podia. O que a gente cobrava dos sócios era 2, 3 reais, naquele tempo e elas eram praticamente de graça, não ganhava nada o que acontece: a gente pra ter uma luz, como eu te disse nós fazia piquenique que como eu fiz pra pagar o terreno, como eu fiz pra pagar energia, a gente fazia ali um bingo, há amanhã nós vamos fazer pegar essa bolsa ou eu compro uma coisa nossa saber ouvir os pais [...] Como eu te disse eu fazia feijoada e aí o que a gente arrecadava dessa dessas ações que a gente fazia era para fazer o que a gente precisava né. Comprar um gás e até mesmo alimento para as crianças então era prioritariamente o público era pras criança [...] Nós fazia as cestas que nosso se fazia a mesa claro, curso de vimi e curso de Cipó de leite que era guarnecer. Eu ainda tenho essas foto tudinho.

Em 1992, ano que se deu o início efetivo do Jardim de Infância Branca de Neve, o Brasil tinha em sua presidência Fernando Collor de Melo (1991-1992), o ministro da Educação era Carlos Chiarelli, no governo do Estado do Maranhão estava o Governador Edson Lobão (1991-1994), na Secretaria de Educação do Estado estava a frente da pasta a Prof.^a Maria da Conceição Brenha Raposo. Em 1990 também foi declarado o ano internacional da alfabetização, mas não houve nenhuma investida no âmbito do governo Federal, ou Estadual, nesses moldes (Sousa, 2012, p. 70). Em 1990 aconteceu o Fórum de Educação, em 25 de setembro, para discutir o Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) que havia sido proposto no início do Governo Collor de Melo. O evento aconteceu no auditório do Liceu Maranhense, com a presença de vários Secretários de educação de vários municípios, com a presença marcante da sociedade civil organizada

e vários órgãos do setor público como: Federação de Defesa do Desenvolvimento e Integração Social das Escolas Comunitárias do Estado do Maranhão (FEDEC), Grupo de Apoio as Comunidades Carentes do Maranhão (GACC), Federação das Uniões de Moradores de Bairros e Entidades Similares do Maranhão (FUMBESMA), Sindicato dos Professores da Rede Estadual do Maranhão (SINPROESSEMA), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), por meio do Departamento de Educação e a Pró-Reitoria de Graduação; Paróquia da Vila Embratel, Escola João e Maria, Escola Paroquial Frei Alberto, Movimento Popular de Saúde (MOPS), Associação das Damas de Assistência e Proteção a Infância (ADAPI), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar (OMEP), Delegacia Estadual do Ministério da Educação (DEMEC) e a Secretaria de Estado da Educação.

Apesar dessa reunião ter elaborado um plano de educação, este mesmo documento não foi encaminhado para Brasília, e somente em 1991, com a Prof.^a Conceição Raposo retomando os trabalhos da comissão, é que documentos bem elaborados foram distribuídos por vários municípios do Estado. Contudo, o PNAC ficou restrito ao ensino fundamental e a pré – escola continuou sendo assistida de forma mínima, como no caso do Jardim de Infância Branca de Neve.

Figura 13 – Primeira Escola.



Fonte: Arquivo pessoal de D. Graça

Figura 14 – Hora do lanche.



Fonte: Arquivo Pessoal de D. Graça.

Figura 15 – Pequenos eventos.



Fonte: Arquivo pessoal de D. Graça.

Figura 16 – Festinha Junina.



Fonte: Arquivo pessoal de D. Graça.

Apesar dos vários desdobramentos, e iniciativas do setor público, foi com uma relação direta da Liga Feminina com a primeira dama do Estado, a senhora Nice Lobão, que se tornou possível a requalificação da Escola Jardim de Infância Branca de Neve. A Liga Feminina ajudou na campanha eleitoral que levou Edson Lobão ao governo do Estado, em contrapartida, após a vitória, a primeira dama Abdenice Lobão possibilitou o investimento que construiu a sede do Jardim de Infância Branca de Neve, uma vez que a primeira dama estava a frente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Comunitário (SEDESC), conforme explica dona Graça. Foi lhe conferido uma Fundação em seu nome no ano de 1993, como uma manobra de escape para homenagear a primeira dama, já que a Lei, ainda vigente, não permitia o nome de pessoa viva ser atribuído a bem público. Então, a saída foi criar a Fundação Nice Lobão, que estava vinculada a Secretária Estadual da Educação (SEEDUC), a qual tinha por integração o Centro Integrado do Rio Anil (Cintra). A Fundação Nice Lobão foi oficializada em 15 de outubro de 1993, por meio da Lei nº 5.774 (Santos, 2020. p. 85).

D. Graça narra que graças a essa parceria foi possível a construção de uma nova estrutura, pois além da LBA, a SEDESC também somou para o avanço do Jardim de Infância Branca de Neve.

não tinha educação infantil então nós tinha muita criança de 3 de 4 anos de 5 que não tinha o que fazer como eu te disse LBA, ele fazia um trabalho assistencial e aí a gente começou pelo nome LBA, que era assistencial, depois nós passamos de lá foi pra SEDESC, não sei se você ouviu falar que era outro trabalho de assistente social com essas crianças [...] o que eu tenho que eu posso te amostrar são as foto porque as fotos representam. Deixa te dizer, pra dona Nice fazer isso aqui, tempo da Nice que nós fizemos aqui era a casa de taipa eu vou te mostrar.¹⁶

Como D. Graça descreveu muito bem, “as fotos representam”. A seguir, as fotos pós revitalização e o devido apoio cedido pela SEDESC que possibilitou um melhor engajamento das voluntárias da Liga Feminina Comunitária do Jardim São Cristóvão ao projeto da Escola Comunitária Jardim de Infância Branca de Neve, e o usufruto da estreita relação com a primeira dama Nice Lobão a frente da Secretaria, bem como a pessoa que estava a frente da Fundação Nice Lobão.

¹⁶ Entrevista com dona Graça.

Fig. 17. Visita de Nice Lobão as novas dependências da Escola.¹⁷



Fonte: Arquivo pessoal de D. Graça.

Fig. 18. Novo prédio da Escola Comunitária Jardim de Infância Branca de Neve.¹⁸



Fonte: Arquivo pessoal de D. Graça.

¹⁷ No centro-esquerdo, vestida de vermelho, a secretária da SEDESC, Nice Lobão. No centro-direito vestida de Branco, D. Graça, Presidente da Liga Feminina no tempo vigente.

¹⁸ As logos da frente da escola, denotam bem os relatos de D. Graça. A esquerda, o símbolo da SEDESC e o nome da administradora, Nice Lobão. No centro a descrição da Liga Feminina e a direita o símbolo da Legião Brasileira de Assistência (LBA).



Fig. 19. Nice Lobão tira fotos com alunos da Escola Branca de Neve.

Fonte: Arquivo pessoal de D. Graça

Este foi o início da trajetória marcante da Escola Comunitária Jardim de Infância Branca de Neve, capitaneada pela Liga Feminina do Jardim São Cristóvão. A Escola permanece em atividade até o ano de conclusão deste trabalho (2024) e continua a ajudar dezenas de famílias, além de fazer parte da história de centenas de adultos e ainda crianças, formados na sua pré-escola. D. Graça, a principal entrevistada desta pesquisa e aquela que tem sua história confundida com a criação da Escola Comunitária Branca de Neve e com a Liga, ainda continua a fazer parte da Liga Feminina Comunitária do Jardim São Cristóvão. Não mais presidenta, D. Graça se dedica a outras tarefas do cotidiano escolar, além de manter estreita relação com D. Aldecir Ribeiro, Presidenta da FUMBESMA e com o Ministério Público, por meio da promotoria das entidades da qual permanece em contato direto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho mostrou um pouco da trajetória inicial da Liga Feminina Comunitária do Jardim São Cristóvão, mostrando o enredo que levou a abertura democrática do Brasil após a ditadura de 1964. Realizando uma montagem cronológica de alguns acontecimentos de grande relevância na recente história do país, demonstra, também, a forte participação das mulheres nesse processo de tomada da democracia, principalmente nos anos de 1970 até a consolidação do ato democrático na confecção da Constituição de 1988 e os desdobramentos após esta Constituição. Apesar do recorte temporal do tema da pesquisa estar entre os anos de 1980 à 1990, o recorte imbrica em um contexto maior de adesão de um processo de lutas por direitos que foram resultados de conflitos ideológicos, políticos e armados, onde as mulheres tiveram o protagonismo de encabeçar movimentos ou demonstrar sua força em meio a importantes participações nas guerrilhas contra ditadura, na literatura, nos movimentos civis organizados, no âmbito político, no meio intelectual e nas artes de forma geral.

Claramente foram as mulheres o objeto maior deste trabalho, com um foco definido a partir da década de 70. Certamente nem todos os movimentos de mulheres foram inspirados no feminismo, mas, possivelmente foram beneficiados de algum modo, não somente pelo direito das mulheres votarem e serem votadas, mas, dadas as circunstâncias de reabertura democrática, institucional, de direitos e oportunidades de se organizarem nas estruturas periféricas de suas localidades. Contudo, as mulheres puderam contar com um cenário favorável as suas demandas logo após o processo de transição da ditadura para a democracia, durante os anos 70 até meados dos anos 80, quando muitos programas de iniciativas diversas começaram a fincar uma discussão sociopolítica em torno do gênero feminino e de suas ações. O direito civil passou a ser discutido, bem como o papel da mulher antes, durante e após a Constituição. Referindo-se principalmente a saúde e a segurança das mulheres, uma vez que pautas latentes como o direito as decisões sobre o próprio corpo, a saúde, envolvendo o sanitarismo, a higiene e saúde mental, além do feminicídio e muitos outros abusos vividos em vários setores do convívio social, passaram a ser debatidos e disseminados na sociedade para além do setor público.

No ano de 1984, o Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher (PAISM) descentralizou e regionalizou a saúde pensada para as mulheres, além de criar medidas

socioeducativas que contribuíram para uma nova fase de transição para uma saúde integral em seu ideal, a fim de sanar problemas exclusivamente femininos, com um ideal que se mostrou ineficaz de ser implementado na prática, em sua totalidade. Surgem iniciativas em meio a sociedade civil organizada, principalmente entre grupos de mulheres preocupadas com seus problemas de saúde em meio a um cotidiano de carências. Dentro dessa perspectiva, este trabalho não se volta a totalidade deste assunto no que se refere a nível do território maranhense, mas se detém a um pequeno bairro de São Luís – Maranhão, conhecido como Jardim São Cristóvão, nome que viria compor parte de uma instituição, composta por um grupo de mulheres que se encontravam insatisfeitas com a precariedade dos serviços de saúde oferecidos no bairro, vindo a formar, assim, a Liga Feminina Comunitária do Jardim São Cristóvão.

O pequeno grupo de mulheres que se reunia para conversar a respeito dos problemas estruturais do bairro do Jardim São Cristóvão tinha como referência de instituição de bairro, a União dos Moradores do Jardim São Cristóvão, órgão beneficente sem fins lucrativos que desapontaria as expectativas de boa parte da membresia dos sócios da instituição, onde estavam inseridas parte das mulheres que arregimentaria por vários encontros sociáveis, um grupo seletivo de mulheres que se colocariam a disposição para trabalhar pelo bairro em que viviam. O resultado foi a fundação da Liga Feminina Comunitária do Jardim São Cristóvão, em dezembro de 1985, paralelamente a criação da Liga foi a criação do Lar Samaritano, posto de saúde que prestaria serviços comunitários no bairro por meio do voluntariado as causas da saúde. Com bastante ordenamento e vigor, a tarefa de manter o posto de saúde em funcionamento mostrou ser um grande desafio que demandava dedicação da diretoria em promover ações voltadas para a manutenção do trabalho oferecido pelo Lar Samaritano. Em decorrência da perda de voluntariados, e a baixa ajuda de custo recebido pelos associados, além de surgir a oportunidade de migrar a forma de atuação da Liga Feminina, da área da saúde para a área da educação, a Liga se viu em meio a um novo desafio que também enfatizaria suas ações em uma grande deficiência da estrutura governamental, e se configurava como ajuda imprescindível para, principalmente, as moradoras (mães) do bairro, uma escola que amparasse as crianças de forma socioeducativa e possibilitasse as mães e pais trabalharem.

A Liga Feminina criou novos vínculos assistenciais no final da década de 80 e início dos anos 90, um exemplo foi o convênio com a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que enxergava a mulher como a principal agente de parceria no assistencialismo e

possibilitava a doação de donativos por meio do voluntariado feminino. Além da LBA, algumas figuras políticas, como o então deputado Manoel Ribeiro e a então primeira Dama do Estado, Abdenice Lobão, passaram a ajudar a Liga Feminina, servindo como “padrinhos” da instituição. Conseqüentemente, a contribuição de Nice Lobão implicou na ajuda da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Comunitário (SEDESC), já que a primeira dama também era secretária da pasta.

Essa mudança na trajetória de atuação da Liga Feminina só possível após a compra do terreno que sediará a escola comunitária, situado na rua Cleonice Lopes. O terreno foi adquirido após várias promoções de excursões de passeio turístico a cidades como São José de Ribamar, Raposa, Morros, para arrecadação de receita, gerando fundos para custear a compra do terreno. Além disso, eram vendidos café para os pais das crianças, com bolos, salgados, beijos entre outros atrativos para angariar o valor a ser pago pelo terreno. Após a compra do terreno em 1992, também houve buscas pelo bairro a fim de conquistar novos parceiros que pudessem contribuir com materiais de construção ou valores para a compra dos materiais. Com essas ajudas, além dos associados, a Escola Comunitária Branca de Neve foi criada e os seus serviços passaram a constituir ajuda coletiva no bairro carente, que sentia a necessidade de uma creche-escola, ainda que não realizando o atendimento em tempo integral, se configurava como uma medida socioeducativa para um bairro resultante de um crescimento espacial desordenado em certas medidas, sem infraestrutura básica na área da saúde e educação, que contemplasse os anseios da população local.

A Liga Feminina do Jardim São Cristóvão continua a trabalhar pelo seu bairro de origem, e sua gênese está enraizada na assistência a população local, sem fins lucrativos, conseguindo ser resiliente as dificuldades encontradas em suas ações, promovendo uma tentativa aguerrida, de bem-estar social na área em que se propõe atuar, contando com a ajuda de voluntários e fazendo a sua parte no que se refere as burocracias dos órgãos fiscalizadores, vinculando-se a outras instituições de caráter civil organizado, como a Federação de União de Moradores de Bairro e Entidades Similares do Maranhão (FUMBESMA), atualmente presidido pela senhora Aldecir Corrêa, que assim como D. Graça, presidente da Liga Feminina, no interim de 1989 até a fundação e anos iniciais da escola comunitária, na condição de mulheres expoentes de ações de grande relevância para comunidades carentes, contribuíram com este trabalho, tanto em sua historicidade quanto com seus relatos por meio de entrevistas orais. Esta pesquisa teve a História oral como

principal fonte de conhecimento, a fim de nos permitir a conexão dos relatos com parte dos documentos aqui apresentados, a fim de que a oralidade servisse como uma narrativa profunda dos agentes que participaram do processo histórico, permitindo o cruzamento das informações e dando voz as instituições por vezes invisibilizadas do protagonismo que exercem na vida cotidiana de uma comunidade, com seus membros renunciando, por vezes, a própria vida para viver em prol da caridade e do altruísmo.

REFERÊNCIAS

Periódicos

MUITO concorrido o comício Pró-diretas. **O Estado do Maranhão**. São Luís, n. 4367, p. 02, 15 fev. 1984.

DIRETAS Já movimentam população. **O Imparcial**. São Luís, n. 15935, p. 1, 18 abr. 1984.

IMPERATRIZ faz comício pelas eleições diretas. **O Imparcial**. São Luís, n. 15932, p. 7, 4 abr. 1984.

NA LUTA por direitos iguais. **O Estado do Maranhão**. São Luís, p. 1, 8mar 1984.

Bibliografia

ABREU, Maria Luisa Gonçalves de. **O feminismo do círculo de mulheres brasileiras em Paris**. Em M. L. Q. Moraes (Org.). Memórias da repressão militar e da resistência política (pp. 47-89). (Coleção Ideias, 7). Campinas, SP: Unicamp. 2009.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla B. (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto: 2005.

Almeida, M. H. T. & Weis, L. (2002). Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de Classe média ao regime militar. Em L. M. Schwarcz & F. A. Novais (Orgs.). História da Vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea (Vol. 4, pp. 322-409). São Paulo: Companhia das Letras.

Anais Jornadas JOINPP.

2005. Disponível: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Joselito_Santos236.pd. Acesso em: 17 Nov. 2023.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. O Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo (CBA-SP): memória e fragmentos. In: SILVA, Haike R. Kleber da (Org.). A luta pela Anistia. São Paulo: UNESP, 2009.p.83-99

ARAÚJO, Ana Lígia Alves de. Mulheres em Luta: memória e história do feminismo nos Anos 80. São Luís: CECEN/UEMA, 2007.

ARTURI, Carlos S. O Debate Teórico sobre a Mudança de regime político: o caso brasileiro. Rev. de Sociol. E Polít., n. 17, nov. 2001.

- BARROS, José D' Assunção. O Campo da História: especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde sexual e saúde reprodutiva. Brasília, 2010. 300 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 26).
- BRASIL, Redação Aviação. Aeroporto Internacional de São Luís / Marechal Cunha Machado. Redação aviação Brasil, 2023. Visto em:
- CADAU, Joel. Memória e identidade. São Paulo: Contexto, 2011. Tradução de Maria Letícia Ferreira.
- CHAGAS, Carlos. A ditadura militar e os golpes dentro do golpe 1964-1969 — a história contada por jornais e jornalistas. Rio de Janeiro. Editora Record, 2014.
- CHEHAB, Isabelle Maria Campos Vasconcelos. Movimentos feministas no Brasil: ciclos Históricos, velhos desafios e novas propostas de resistência no contexto da pós-democracia. THEMIS, Fortaleza, v. 16, n.2, p. 71-89, jul/dez, 2018
- COLLING, Ana Maria. **A Resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Ventos, 1997.
- CORNOSH, Patrícia Branco. Artistas mulheres na ditadura brasileira: os casos de Wanda Pimentel e Teresinha Soares / Patricia Branco Cornish (orientadora Jane Aparecida Marques). – São Paulo, 2018.
- CATAIA, Márcio. NOBRE, Carlos Eduardo. AGUIAR, Vinícius Castelo Branco de. Horizontalidades e modernizações na ilha do Maranhão: Investimentos em infraestrutura de mobilidade urbana do programa pró-transporte 1. Ciência Geográfica, UNICAMP, 2020.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. SOARES, Gláucio Ary Dillon. CASTRO, Celso. Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão / introdução e organização. Relume-Dumará — Rio de Janeiro: 1994.
- FAUSTO, Boris. História do Brasil. 10. Ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.
- FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. Mulheres militância e memória: histórias de vida, histórias de sobrevivência. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.1996.
- FERREIRA, Maria Mary. Movimento Feminista como sujeito das políticas públicas. In: LIMA, Terezinha Moreira (Org.). Cadernos de Exercícios 2. Ed. São Luís: Mestrado em Políticas Públicas UFMA, 1998.

- Gianordoli-Nascimento, I. F., Silva, S. A. T. C., Cruz, J. P. D., Oliveira, F. C., Veloso, F. G. C. & Rabelo, L. B. C. (2013). **Promessas de vida em tempos de ameaça: mulheres, música e resistência durante a ditadura militar no Brasil**. *Memorandum*, 24, 29-58. seer.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6936
- GOHN, M. da G. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11–40, 2000. DOI: 10.5433/2176-6665.2000v5n1p11. Disponível em:
- JOFFILY, Olívia Rangel. *Esperança equilibrada: Resistência feminina à ditadura militar no Brasil*. 2005. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade de São Paulo -São Paulo.
- JOUTARD, Philippe. *História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos*. In: FERREIRA, Marieta de M; AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. 8. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. *30 anos de Registro Geral da Pesca para as Mulheres*. V. 1. Recife: FASA, 2010.
- MELO, Hildete P. de., LASTRES, Helena M. & MARQUES, Teresa C. de N. *Gênero no Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil*. *Revista Gênero*. V. 4, n. 2, Niterói: NUTEG/UFF, 2004.
- PERROT, Michelle. *Práticas da Memória Feminina* In: *Revista Brasileira de História*, V. 9, no 18, p. 9-18. São Paulo, Ago-Set 1989.
- PETRUS, Júlia Kátia Borgneth. *Confrontando o território com a desigualdade socioespacial da cidade de São Luís-MA/Brasil*. Programa de Doctorado Geografía, Planificación Territorial y Gestión Ambiental, Cap VII. Barcelona – Espanha Inverno/2013.
- PINTO, Regina Céli. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo, Perseu Abramo, 2003.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- RIDENTI, Marcelo Siqueira. *As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo*. *Tempo Social*, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 113-128, 1990. DOI: 10.1590/ts.v2i2.84806. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84806>. Acesso em: 6 nov. 2023.
- RODRIGUES, Marly. *A década de 80. Brasil: quando a multidão voltou às praças*. 3. Ed. São Paulo: Ática, 2001.
- ROSEMBERG, Fúlvia. *O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: O Caso da creche*. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 51, p. 7-79, nov. 1984. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n51/n51a07.pdf> Acesso em: 14 jan. 2024.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84)**. Revista Tempo e Argumento 5 (10), 108-132, 2013.

SÁDER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Jean Carlos Louzeiro dos. Do bater dos panos à sirene escolar: uma análise do bairro Anil à luz do Lugar como tecido sociocultural / Jean Carlos Louzeiro dos Santos. – São Luís, 2020.

SANTOS, Joselito: **Assistência à Saúde da Mulher no Brasil: aspectos de uma luta Social**. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas: Mundialização e Estados Nacionais: a questão da emancipação e da soberania. 2. 2005.

SANTOS, Luiz Eduardo Neves dos. O Urbano ludovicense: produção e fragmentação do Espaço, território, planejamento, cultura e outras reflexões / Luiz Eduardo Neves dos Santos. São Luís: EDUFMA; Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

SILVA, Salete Maria. A Carta que elas escreveram. Tese (Doutorado). Faculdade De Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2012.

SOUZA, Grace Kelly Silva Sobral. Mulheres Negras: Memórias da trajetória de luta e resistência dos movimentos de Mulheres negras do Maranhão a partir do “Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa”. Kwanissa, São Luís, v.1, n.1, p.154-172, jan./jun. 2018.

TABAK, Fanny. Autoritarismo e participação política da mulher. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TATAGIBA, Ana Paula. Percursos de uma luta urgente: a educação infantil como dever do Estado. Ser Social. Brasília, v. 13, n. 29, p. 146-171, jul./dez. 2011.

TELES, Edson Luís de Almeida; SAFATLE, Vladimir (Org.). O que resta da ditadura. São Paulo: Boitempo, 2010.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

ANEXOS

ANEXO 1 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A SRA. GRAÇA PEREIRA

Entrevistador: Marlon da Silva Santos, acadêmico do curso de História - Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Entrevistada: Sr(a). Maria da Graça Pereira Galvão

Entrevista concedida no dia 13 de novembro de 2023.

Pesquisa: Liga Feminina do Jardim São Cristóvão: da criação as relações sociais e políticas na década de 1980 e 1990.

Qual o seu nome e sua relação com a Liga Feminina do bairro Jardim São Cristóvão?

D. Graça - Primeiro meu nome é Maria da Graça Pereira Galvão, idade 75 anos, e a minha relação com a Liga Feminina, foi nós aqui no bairro precisamos primeiro do posto médico, então com esse posto médico a gente fundou a Associação da Liga Feminina, na rua Haroldo Paiva, o número agora eu já não tenho aqui na cabeça. E era, o nome do posto era Lar Samaritano e lá eu quero dizer que nós fundamos a Liga Feminina.

No caso, o Lar Samaritano surgiu primeiro que a Liga Fminina?

D. Graça - Primeiro, o lar Samaritano surgiu primeiro no objetivo de nós montar um posto de saúde no bairro, que não tinha.

O lar Samaritano era voltado para as mulheres ou para todos?

D. Graça - Para todos, quando nós, quando a gente fala do bairro era para todos, o posto era para todos, nós tinha médicos, a gente fazia convenio com a saúde, nós tinha médicos 3 vezes na semana e ele arrumava remédio pra gente, aí nós continuamos a trabalhar até quando parou o posto, que a gente dentro do posto fundamos a liga feminina.

Qual era o cenário político, econômico e social em 1985 quando a Liga Feminina foi criada? (qual era o cenário, o que acontecia no campo da política, vocês estavam desassistidas?)

D. Graça - Dentro desse tempo da política existiam quem assistisse, mas era quase como agora que, mas não era então a coisa como agora porque naquele tempo a gente tinha os políticos que a gente pedia como na União dos Moradores, tinha lá um posto de saúde só que não funcionava e lá tinha tudo, tinha as mesas, tinha maca, tinha tudo naquela União dos Moradores, só que nunca funcionou, fechou e nunca funcionou, e o que a gente fazia mesmo nós lá no posto era só ajuda pra comunidade, ajudando a comunidade, como? a gente faz um sócio hoje ela precisa a gente ter alguma, hoje era precisão a gente ter alguma coisa pra oferecer e aí o que a gente oferecia nesse posto como na Liga Feminina era medicamento, reunião que a gente fazia com a saúde, nós tinha posto de vacina de cachorro, nós tinha posto de vacina de criança, e que tudo foi tirado dessa entidade, então foi um trabalho pra comunidade que precisava tá. Esse trabalho nosso da Liga Feminina com o posto precisava que até hoje, tu sabe que precisa né? até hoje precisa! mas não tem nada.

Ainda na década de 80, mas precisamente ali em 85, quando foi fundada a Liga, existia muitos movimentos de mulheres, não sei se era do seu conhecimento, das fundadoras, mas existia alguns movimentos. Alguns eram de vertentes feministas, outros eram movimentos de mulheres. Como é que a Liga Feminina se relacionava com esses movimentos de mulheres da época e seus membros tinham conhecimento das lutas e ações dos movimentos feministas ou de movimento de mulheres existentes em São Luís nesse período?

D. Graça - Sim! Mas nesse período era muito pouco, era muito pouco movimento, a gente tinha a hoje ainda tem a Secretaria de Mulheres, ainda tem do Estado aonde a vereador aonde Doutora, dona Lucy, que também tem uma creche bem ali, ela também foi presidente do Conselho da Mulher pelo Estado, que era lá no centro. Mas a gente não tinha muito movimento, então isso aí foi uma prioridade que a gente escolheu para botar Liga Feminina que a gente foi escolher com o nosso trabalho, mas, era mulheres mesmo, que sempre teve mais, mas foi mulher que tu sabe como é que foi aqui. Que era muito mais

mulher e nós sentamos, nós eu digo nós porque não foi só eu, era diversas pessoas, diversas mulher, aí a gente se reuniu para fazer esta fundação da Liga Feminina lá dentro desse posto, e aí nós optamos pelo nome Liga Feminina, se a gente tinha uma reunião lá por fora que precisava, mas Marlon, eu quero te dizer é que a gente sempre andou com nossos pés, hoje nós temos alguns apoio, mas mais apoio, mas mais apoio é nós, junto. Outra coisa quando nós fala da escola né [...].

Quais eram os projetos apresentados pela Liga Feminina e quais realmente se concretizaram? (acho que alguns a senhora já falou, que é o caso do Posto).

D. Graça - O posto, era as vacina, sobre o município, que a vacina vinha do município e aí dentro do posto a gente vacinava, tinha os cachorro e toda a campanha de vacina a gente tinha né.

O segundo momento foi o Jardim de Infância?

D. Graça - Uma reunião, que esse era do Estado, é LBA, era do Estado e precisava da gente fazer a reunião no bairro para ver qual era precisão, que nesse tempo LBA fazia era assistente social, criança de acesso às teses social e aí nós pegamos esse projeto da LBA que a gente recebia lanche para as criança e aí veio a fundação da escola, que naquele tempo ainda não era escola, era Jardim de infância Branca de Neve. Foi o que a gente botou, então dentro desse parágrafo aí do posto com a Liga, o posto sempre ele foi do nosso lado, só que quando a gente começou a comprar esse terreno, o posto tava quase extinto porquê a gente não podia pagar, que quando nós andava era de casa em casa. A parceria mais era com os médicos e aí a gente tinha aquelas pessoas que se interessavam, mas sem ser político né, sem ser político, nós tinha médicos voluntários, voluntários eles vinham davam, aí vinha esse dia a gente como posto de saudezinho que a gente tinha, só que esse nosso foi fundado pela gente, pelo bairro, as pessoas do bairro e agora esses que tem, vem de lá né, que a gente precisa no bairro como ainda precisa, como ainda precisa, e nós estamos.

A Liga Feminina fez parcerias com outras instituições e setores sociais em seu momento de formação? (acho que a senhora acabou de responder). Se houve, quem eram esses parceiros?

D. Graça -Pois é, os parceiros que eu te falei, é o primeiro do Posto era a saúde, que eles, a gente botou esse Posto e ele...

A senhora se refere à Secretaria de Saúde, não?

D. Graça – É porquê os médicos vinha da Saúde, foi uma parceria com ele sim.

Mas, no caso, era voluntário? Não era por repartição pública?

D. Graça - Não, não, era conversar diretamente com os médicos mesmo pra ir lá no nosso Posto, como a gente aqui arrumou muitas rua pedindo, nós e as mulher ia no SINFRANÉ, e foi parceria assim, as parcerias que a gente mesmo fazia nossos ofício e levava como fundamos o posto, que tu já viu que nós falamos já foi a parceria das vacinas que a gente tinha porque tinha precisão.

Essas vacinas partiram de setores públicos? E, nesse sentido, vocês tinham que cumprir algum critério?

D. Graça – Tinha, porque a primeira coisa que eles fazia era pedir o prédio, a gente tinha que ter o local.

Então tinha que estar dentro do padrão deles?

D. Graça -Não tinha, porque aqui eles iam olhar, eles faziam um ofício e mandar pedir um local quando eles vinho, antes vinha visitor, vê se tava dentro do próprio...

No caso, eram um pessoas ligadas à Secretaria de Saúde?

D. Graça - Mas nós tinha voluntários.

Era Estado ou Município?

D. Graça – Hein, eu acho que era do município, o município é o que é o que eu quero dizer, mas nós tinha voluntário, porque eles vão mandar uma ou duas, eu que tinha que arrumar as enfermeira e eles faziam um treinamento com aquelas enfermeira, 2 ou 3, e elas eram voluntárias, trabalhava o dia todo sozinha primeiras.

Essas enfermeiras eram moradoras?

D. Graça – É, do bairro, aí o que eles fazem sim, eles doavam, eles mandavam o alimento para elas, como mandava porque sempre, tu sabe, que tem a cabeça que fica sentada lá e aqui, essa aqui nós vamos fazer assim, aí tu é, tu era voluntária para vacinar, essa voluntária para vacinar e ela estava ali dando uma explicação, porque nós fazia treinamento tá, de gotinhas de todas.

Quem eram as integrantes da Liga Feminina no momento de formalização do movimento, ou seja, no momento em que se formaliza a criação documental? Quem era essas integrantes? Elas eram donas de casa, professoras?

D. Graça - Todas! todas dona de casa, só tivemos uma professora e uma enfermeira, o resto era tudo dona de casa né, e se dedicavam quando nós, se quando a gente se sentou pra organizar fomos perguntando cada uma, a gente queria fazer assim... a gente tem precisão de ter Posto de saúde, precisão de fazer isso... aí elas foram se dedicando, aí eu vou ficar e aí ia lavrando o nome na ata né, porque tudo constava, aí tudo ia pra ata da reunião.

E como foram os momentos iniciais da Liga Feminina, seus primeiros passos, as dificuldades e conquistas?

D. Graça - Se eu disser pra ti que é os primeiro passos foi melhor do que está agora. Porque todo mundo se dedicava, todo mundo trabalhava voluntário, engajava, tinha, queria, queria porque hoje o trabalho comunitário não era como é, não é como é era. Um

trabalho comunitário se dedicava, se o meu marido sabia que eu estava ali naquele dia, era meu dia, não tinha jantar, não tinha filho, não tinha marido, não tinha nada. Porque nós tivemos aquele compromisso de fazer aquilo e sabia que nós não estava ganhando nada, era para nós ir para a comunidade, então foi assim. Hoje tem dificuldade.

Quais são essas dificuldades?

D. Graça – De hoje? Não, da do período tinha dificuldade, uma dificuldade era essa, era a gente achar que ajudasse, por isso nós fazia o quê? nós fazia para nós ter isso aqui, para nós ter era feijoada, era piquenique tá, nós se reunia lá na minha casa mesmo porque eu não era ainda nesse tempo presidente, a presidente era outra, mas eu trabalhava.

Sabe falar o nome da presidente?

D. Graça - Eu sabia, era Irene, que agora eu não sei o sobrenome todo.

A fundação foi feita e formalizada ali com a FUMBESMA?

D. Graça – Foi!

Como era a relação da Liga Feminina com as pessoas do bairro? Ela ficou bem conhecida e teve boa receptividade?

D. Graça - Sim, foi bem conhecida porque até hoje existe ela. Sempre foi e sempre que tu andar por aí, se tu falar nome da Liga Feminina todo mundo dá uma referência, ó Liga Feminina até agora ainda não acabou, porque tem muitos que diz por aí de cara, que ainda não acabou porquê a senhora ainda não deixou aí porque se a senhora tiver deixado não existia mais. Eu tenho, eu sou mãe de 9 filhos, criei meus filhos tudinho trabalhando, hoje todo mundo trabalha, não tem Liga Feminina, não tem político, não tem nada para dar para eles, o esforço é deles e eu ajudando o povo da comunidade. Muita criança que os pais não tem nada, não tinha. Mãe que as vezes não tinha nem o que comer, a gente fazia, havia as vaquinha, era preciso até se comprar pra fazer uma cestinha para um e para outro, essa foi a nossa dedicação que eu acho de trabalho comunitário seja assim né, a gente

visar os outros que têm precisão, e quando se chama comunitário que eu digo aqui, é assim, vamos trabalhar comunitário, eu tu e tu, mas é, enfim, da gente ter quem ajude, dos que está vendo nosso prédio hoje é um prédio, mas aqui nós começamos foi com palha e barro pé no chão.

Então na origem da escola, a escolinha foi feita com barro e palha?

D. Graça - Nós primeiro começamos com a escola, depois da Liga Feminina fundada e tudo posto fundado depois Liga Feminina.

Então essa é a cronologia, primeiro foi o Posto, a senhora recorda o nome do posto?

D. Graça - Era lar samaritano!

Então, daí a criação da Liga, mas, o Posto chegou a ser formalizado, chegou a ser fundado e registrado na FUMBESMA?

D. Graça – Não, ele, nós ficamos lá, trabalhamos muito no posto, e nós tivemos precisão de fazer a Liga.

Assim a Liga poderia ser algo mais abrangente, aí poderia o Posto?

D. Graça - Aí mudei, aí nós fomos registrar na FUMBESMA.

Como era o trabalho de divulgação das propostas e atividades da Liga Feminina?

D. Graça - A gente divulgava assim: porque a gente, vamos dizer, nós vamos ali para a FUMBESMA, lá sempre a gente tem a voz e a vez de falar porque lá era nosso lar, nós, se tu te candidatar lá tu tava pra escutar a gente, se tinha um médico, se tinham lá tava pra escutar a gente, pra poder a gente ter aquele elo de compromisso com uma, com 2 e com 3 lá na Liga, eu posso deixar para vocês um armário, há sem falar ainda na escola. Lá na Liga Feminina eu vou te dar uma porta, foi assim nosso trabalho. E aí o que eu fiz depois

teve um grande desapego com essa moça que era ela a president, e aí não deu certo, se fez uma junta governativa

A senhora sabe recordar o ano de fundação da Liga Feminina e dessa relação com a FUMBESMA mesmo?

D. Graça – Há, 85, foi só porque foi só nós fazer os documentos que precisava, ata de eleição e da saúde, fundação aí a gente procurou eles, porque era ali hoje, é eu acho muito que ela deve estar naquela idade, mas no tempo era muito bom nós fazia Congresso, nós fazia tudo ali. Nós viajamos para Brasília.

A senhora recorda o ano dessa viagem?

D. Graça - Eu não sei, assim, mas foi um pouco depois da fundação já da Liga, era no tempo que o presidente era o Zé Sarney, foi nessa época. E ele que nos deu, que doou as passagens, pra entidade ele doou lá pra FUMBESMA, ele mandou 20 ônibus dessa nossa viagem que a gente foi fazer esse Congresso lá. Foi!

Então, nesse caso, os ônibus foram enviados pelo presidente José Sarney?

D. Graça - Foi, e aí onde estava as entidades da FUMBESMA e por lá se reuniam, porque no tempo os políticos, eles gostavam, Joao Castelo, eles davam muito valor para FUMBESMA, porque lá eles se reunia. Lá ele sabia quantas entidades tinha no bairro, que as entidades fazia, que acontece é que a FUMBESMA já é muito, já muito velha, já teve diversos presidents, e nessa época que eu fundei, o presidente lá, o presidente de lá era Barata, depois passou para seu Raimundo que já até morreu todos dois. Depois o vereador Hugo Reis, depois Barata de novo, aí depois foi a Aldecir. E sem falar...

Isso depois da dona Irene?

D. Graça - É, depois da dona Irene. É como, era não. Quando, ó, na nossa fundação que era ela, a gente já escreveu ela lá, é a gente já escreveu ela lá só que deu o problema, como eu te disse, com ela. A Entidade, tudo, que ela saiu, ela mesmo saiu, entregou, ela

saiu porque quando ela saiu ela não queria nem dar documento, a FUMBESMA mesma teve que fazer uma junta governativa, aí deixa, então daí que ela saiu que nós que eu comecein quer dizer já é 85, 86, 87 por aí assim porque 86, em 86 que foi fundada a escola primeiro a Liga Feminina com o Posto, primeiro o Posto, Liga Feminina, depois Jardim de Infância Branca de Neve.

Como era a relação da Liga com outras entidades comunitárias do bairro e quais eram essas instituições?

D. Graça - Aqui, aqui que eu conheço só tinha União dos Moradores. Eu te digo, tinha porque até agora não tem não.

Sobre a Associação já existia? A Associação dos Moradores ali mais pra baixo, aquela Associação existia?

D. Graça – Não, agora sim, tinha uma, não aquela, tinha que até o presidente era Rogério e mais, ou seja, ele teve alguma relação da Liga Feminina com a , tinha porque ele tinha porque ele sempre vinha, conversava, eu vim agora essa quando foi a União do morador que Aninha entrou outros, outros a gente não teve mais muito apoio com ela, até porque ela não queria, a gente falava assim, vai ter uma reunião, a gente precisa mas não teve assim lá embaixo foi uma coisa assim, não foi avante essa que tu tá falando.

A Liga mantinha contatos com os órgãos regulamentadores, a exemplo do Ministério Público, FUMBESMA e similares, de que forma?

D. Graça - É com os documento que é todos os documentos que estava falando aí sempre a gente teve e tem todo ano, porque é um ano que eles dão autorização disso, daquilo, quando antes de fazer ano a gente já dá entrada de novo é de caixa econômica, é da utilidade pública federal, estadual também.

Uma nota: FUMBESMA é a Fundação de União de Moradores de Bairros e Entidades Similares do Maranhão.

Por quê e como surgiu a ideia de criar uma escola de Jardim de infância no bairro, a escola Branca de Neve?

D. Graça - Surgiu como surgiu o posto medico, como surgiu a Liga Feminina, precisão, porque nós não tinha educação infantil, porque todo mundo sabe que Liga... É Jardim de Infância Branca de Neve, educação infantil, nessa época não existia educação infantil! era 7 anos, primeiro ano seguia né? não tinha educação infantil, então nós tinha muita criança de 3, de 4 anos, de 5 que não tinha o que fazer, como eu te disse LBA, ela fazia um trabalho assistencial e aí a gente começou pelo nome LBA, que era assistencial, depois nós passamos de lá foi pra SEDESC, não sei se você ouviu falar que era outro trabalho de assistente social com essas crianças, quando começou a entrar o município escola comunitária Jardim de infância Branca de Neve, então era a educação infantil aí eles chamaram as escola do município, que fazia esse trabalho comunitário que tinha que passar para com a educação do município, porque a assistência social é liberar, essa aqui não podia trabalhar com criança, era só um jovem, essas coisas pra, tu sabe né, aquele trabalho de educação de jovem, essas coisas não podia ser, pelo, por lá, nós não podia, então a gente achou que podia e começamos fazer o levantamento, as visita deles pra, para segurar essas crianças com convênio e aí esse convênio foi feito em 99, como é? Em 1999.

Então, no caso, o convênio já começou no final da década de 90 com a SEDESC ou com LBA ?

D. Graça - Não, já o do convênio que eu estou te falando já foi com esse de 90, já foi com a prefeitura. Que assumiu educação infantil sim, porque do LBA foi uma nova, normalizou porque do LBA era do, não era educação pra liberar, era assistencial, é que elas, criança que assiste a vim a marenha, o lanche vinha tudo é no LBA, sim e aí quando chegava o leite uma coisa tudo vinha, então quando foi na década de 90 e eles acharam que lá só podia trabalhar com crianças se fosse recreação né, uma ação social de arrecadação tudo, aí eles começaram a ir nas escolas que tinha escola comunitária e passou por uma prefeitura

Qual era o público prioritário dessa escola? Quem eram os professores?

D. Graça - Todos nossos professores são formados, mas era comunitário, era de graça, ninguém tinha nada, nós não podia. O que a gente cobrava dos sócios era 23 reais, naquele tempo, e elas eram praticamente de graça, não ganhava nada, o que acontece: a gente pra ter uma luz, como eu te disse, nós fazia piquenique, que como eu fiz pra pagar o terreno, como eu fiz pra pagar energia, a gente fazia ali um bingo, ah, amanhã nós vamos fazer pegar essa bolsa ou eu compro uma coisa nossa, saber ouvir os pais, quase o pessoal do bar elas vem. Como eu te disse, eu fazia feijoada e aí o que a gente arrecadava dessa dessas ações que a gente fazia era para fazer o que a gente precisava né. Comprar um gás e até mesmo alimento para as crianças, então, era prioritariamente o público era pras criança. Eu já tive curso de jovens que, mas não foi feito aqui, foi em São Paulo, eu recebi de São Paulo e fiz 2 cursos, vimi e cipó de leite. Nós fazia as cestas que nosso se fazia a mesa claro, curso de vimi e curso de cipó de leite que era guarnecer. Eu ainda tenho essas foto tudinho.

Como era feita a administração da escola, como a Liga Feminina acompanhava os trabalhos?

D. Graça - Como é feita até hoje, como nós estamos fazendo. Tem a diretora, tem a .. Como ela é da direção e as professoras aí o que que tem? tem as professor, tinha vigia, hoje em dia eu não boto mais vigia e as operacional. São dois operacional que abre a escola, mas até hoje nós estamos trabalhando de graça ainda, porque 2020, até 2020 se fazia convênio, depois de 2020 pra cá a gente não recebeu mais nada para dar para elas, então tão aí voluntários.

Então, nesse caso, a administração passava pela presidência?

D. Graça – É, tem que passar.

E existe as diretorias comissionadas dentro da Liga, e quais as funções?

D. Graça - É !

O que a senhora chamou aqui de operacionais?

D. Graça - É aquela que vai zelar, que vai abrir, é que para nós é um lanche né, que fica limpeza e tudo né. Tem as professora, diretora fora.

A diretora era presidente?

D. Graça – Fora, não sempre quando antes de fazer convênio, antes de a gente fazer um estatuto que teve uma alteração com uma lei, parece que de 13014, tu já viu o que falar nessa lei né?

Entrevistador – Não !

D. Graça - Teve 1014, então esta lei vem dando, no estatuto, veio dando prioridade para quem era o presidente, para quem trabalhava na escola, que era da diretoria podia receber, antes não, se eu era presidente trabalhava aqui mas eu não podia botar meu nome, isso passou muitos anos assim. Quando teve essa lei é 13014, quando teve essa lei veio a lei que eu, quem vamos dizer, eu trabalhava com uma presidente mas eu era uma diretora, eu podia botar meu nome pra mim ser recerceada pelo convênio e aí começou, aí a gente, elas trabalham porque aqui bem poucas são da diretoria né. A gente gosta de botar bem professor com seu diploma sem ser da diretoria.

Mas, nesse caso, esse convênio passava a ter uma certa remuneração vinda do município, uma vez que estava conveniado, e aí nesse momento já não era 100% voluntariado, já recebia um auxílio?

D. Graça - Agora porque tem a lei do voluntariado, esta lei, ela vem trazendo assim: se tu trabalha como voluntário, mas se a Entidade tem alguma coisa pra ti, como é que se diz pra mim poder passar para ti pela entidade, não é da escola é da entidade, a é tu tá aqui e eu recebo tanto aí eu vou te dar 100 ou cem, eu posso fazer porquê o estatuto tá dando essa..

Mas, no caso, é um estatuto de regimento interno da Liga?

D. Graça – Tu sabe por quê? porque o estatuto ele é que dá prioridade por apoiar anti-idade

A mudança, então, no caso desse estatuto aconteceu nos anos 90?

D. Graça - É porque eu, a gente já tinha, não foi antes, não, foi depois e muito, porque eu passei aqui trabalhando aqui uns 8 anos.

De 85?

D. Graça E - Não 85, não era eu, eu não era presidente, eu estava mas era de conselho fiscal, por aí assim, eu não era presidente, era Irene quando nós passamos para cá, foi nessa data de 99 né, 1999, o tempo que tu vê aí a idade de Sarney.

Então, nesse caso, a senhora se tornou presidente em 1990, no final da década de 90?

A senhora lembra com exatidão?

D. Graça - Eu não me lembro, isso é só se tu ver, que eu me lembro que foi na data que o Sarney era governador do Maranhão.

Governador?

D. Graça – Logo após, não demorou muito as eleições, ele ganhou pra presidente da República.

Qual a situação da Liga Feminina na atualidade?

D. Graça - A situação da Liga Feminina hoje, como eu te disse, é pior de que quando eu era, antes que todo mundo não dizia assim eu tenho, vou, olha hoje não tenho uma palha de aço, hoje não tem um sabão, todo nós trazia de casa e essas crianças eu vou depois que eu tiver tempo contigo, eu vou trazer minhas sacola de foto para te ver como nós

começamos de pé no chão, eu fazia os banco, primeiro começamos alugado porque quando..

Vocês faziam os bancos como? que material?

D. Graça - Tábua! uma cadeirinha aqui outra dali botava lá. Eu tenho tudinho, eu tenho as crianças lanchando, eu tenho as crianças sentada, no, quando nós começamos ainda mais quando viemos para cá, quando eu cheguei aqui era para comprar um terreno porque não tinha, aí nós alugamos uma casa com o Manoel Ribeiro, ele foi um deputado que nos deu a mão, porque quando nós viemos para aí, quando nós viemos para cá ele tinha muita influência com a gente pra ajudar ele pra candidato

A senhora lembra o ano? No caso, então, a criação da Liga Feminina acontece em 85, antes dela já existia o Posto, que veio antes de 85?

D. Graça – É, vem antes de 85.

A senhora lembra mais ou menos a data da fundação desse Posto?

D. Graça – Olha, quando ele, que eu posso te dizer, o que eu posso dizer pra me lembrar eu tenho que pegar a ata de eleição, se foi nós fundamos porque nós na ata de eleição é a mesma data que nós fizemos ata de fundação, é a mesma data do posto que é em 85, porque lá nós mudamos o posto e a Liga Feminina.

E aí, então, nesse caso a senhora juntamente com as outras integrantes criam a escola em determinado momento, logo depois da criação do Posto.

D. Graça - Em 86.

E essa escola funcionou onde?

D. Graça -Primeiro nós alugamos, o posto não estava, posto era posto de as.., era aqui na rua Haroldo Paiva, então ali tinha o quarto pra consulta, o médico, pras enfermeira.

Era alugado?

D. Graça – Era, então quando nós passamos desse posto com a Liga Feminina a gente foi alugar, aluguei diversas casas aqui no bairro. A última que alugou é bem aí onde tem um espetão, ali foi a última, quando eu nós chegamos ali a gente alugou e quem pagou para nós o aluguel foi o deputado Manoel Ribeiro, e ia dia falando e ele pagando, quando era nesse tempo ele pagava tudinho direitinho, mandava ,quando foi uma época a gente surgiu de comprar um terreno então quando nessa época

Isso já era ali final da década de 80?

D. Graça - Isso, já era 86 já, e aí a gente queria comprar um terreno, como que nós ía comprar o terreno? Aí ia na empresa pedia o ônibus, a empresa era Cisne Branco, sempre me dava e taga, taga, itaguá (tagatur) tudo bem. Então sempre eu ía com um officio ele me dava 2 ônibus

A senhora ainda tem esses officios?

D. Graça - Tem não, porque é tanto papel todo dia meu marido briga lá em casa pra ver tudo ver no quarto, assim que tem todo dia ele diz que vai botar fora, eu digo Antônio pelo amor de Deus não bota isso, não Gracinha tá cheio de bicho, olha aí, está dando muito rato. Todo dia ele briga, não presta quando passar de 5 anos não presta, eu tinha desde um monte de quando eu entregava leite eu tinha mas ele, a casa da gente é casa de pobre a gente já fica com muita coisa acumulado né, aí vai ficando cheio e eu peguei um cansaço de pegar poeira desses, dessas coisas. Que acontece eu não estou nem pegando nenhum, mas, breve eu vou ver quer dizer o que eu tenho que eu posso te amostrar são as foto porque as fotos representam. Deixa te dizer, pra dona Nice fazer isso aqui, tempo da Nice que nós fizemos aqui era a casa de taipa eu vou te mostrar.

E aí, quando ela (Nice Lobão) então chegou para ajudar vocês já estava funcionando a escola?

D. Graça – Tava, tava. Fizemos de compramos terreno quando eu fui falar com o moço tava, excursão, feijoada, eu fazia, fazia reunião com os pais, eu fazia um bolo, eu fazia bolo de tapioca, trazia um café e vendia, aí o que é naquele tempo 50 centavos não sei quanto a gente ía guardando. Aí eu tinha, nós tinha um livro de ouro com a minha tesoureira, que Deus a tenha, excelente tesoureira que trabalhou comigo, aí nós andamos nessa avenida, aí, ó, pedia prego, pedia a ripa, pedia, aí se ganhava treliça aí comprava isso e ali.

Ou seja, ia solicitando às empresas tanto por meio de ofício quanto apalavrado? e eles ajudaram?

D. Graça - Eles ajudaram muito lá Cisne Branco quando eu ía pegava de 2, 3 ônibus pra mim fazer e eu ía pro Ribamar, aí eu anunciava aqui, que até hoje tem gente que disse para mim assim nunca mas a senhora fez um piquenique, aí nós ía ali pro rio Una do Moraes, tudo nós vendia, a gente não vendia assim muito, mais a gente vendia, aí o que a gente vendia, nós ía guardando, quando eu vim, que esse terreno foi comprado nessa época por 500 reais. Quando nós chamei a tesoureira que nós conversamos ela disse dona Gracinha agora já tem aqui pra nós pagar, a gente foi lá onde ele. Seu Manuel tem papel terreno daqui — tudinho legalizado. Aí ele, eu chegue lá eu falei, ele disse: há, mas agora eu não vendo mais por esse preço, era mato aqui, isso aqui era só mato, só tinha essa casa aqui.

E quem a senhora está se referindo que venderia?

D. Graça – Do terreno? o dono desse terreno.

Isso é o seu Manuel, que não é o Manuel Ribeiro deputado?

D. Graça - Não aquele ali não, é era um era um outro senhor que tinha esse terreno. Aí a gente foi lá naquele Celso Coutinho, eu não sei se nessa época tu sabia que tinha esse cartório Celso Coutinho, aí eu fui lá com o dono do terreno, aí quando eu cheguei lá ele

disse pra mim que ele tava muito barato, aí a mulher dele disse: não, você prometeu que vendia e é pra uma entidade.

A senhora sabe o nome da mulher?

D. Graça - Só no papel do terreno tem o nome deles, todos dois, o meu, os testemunhas, tá tudinho.

Esse, no caso, foi o recibo, ainda não era o registro geral?

D. Graça – É, mas num papel de terreno quando saiu, saiu com todo os nomes deles. Aí o que acontece, eu fiquei vim fizemos um recibo e tudo. Aí eu fui como é que eu vou negar.

A senhora tem recibo guardado, recibo e documento?

D. Graça - Tem, documento tem tudinho. Aí o que acontece, quando dou umas ajeitamos tudo que ele passou tudo, tinha que mandar passar daqui pra uma Liga Feminina né e aí nós não tinha dinheiro aí eu fui lá onde o Manuel Ribeiro, seu Manuel eu preciso disso, disso...

Isso já na década de 90 agora?

D. Graça – É! ai seu Manuel preciso disso, disso, ele disse:

Me diga uma coisa, toda a formalização dessa documentação da compra aconteceu ali já em 86, 87

D. Graça - Pra cá, mais de 86 já.

Então já tinha entrado na década de 90?

D. Graça - Pois é, nós chegamos aqui, não, vem aqui, foi 90 né.

Aqui foi 90 , a escola não funcionava aqui? (Atual localização da escola)

D. Graça - Não, é nós andava era ali alugando casa tá, depois que a gente fez aqui que a gente mudou sem aluguel né, que quando nós fizemos que ele (deputado Manuel Ribeiro) pagou o papel do terreno tudinho pra gente, que legalizou tudo aí eu corri para a gente para fazer o prédio, porque elas, aí nós ía tapar pra fazer de barro esse, é depois eu vou te mostrar , coberto de palha.

Eu vou encerrar, muito obrigado!

D. Graça - Mas, aí vai continuar, depois tu vai olhar.

Tá bom, muito obrigado, encerra aqui então a entrevista com a dona Maria da Graça Pereira Galvão.

ANEXO 2 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A SRA. ALDECY RIBEIRO.

Entrevistador: Marlon da Silva Santos. Acadêmico do curso de História - Licenciatura, da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.

Entrevista: Sr(a). Aldecy Ribeiro Cantanhede

Pesquisa: Liga Feminina do Jardim São Cristóvão: da criação as relações sociais e políticas na década de 1980 e 1990.

Entrevista concedida no dia 08 de Janeiro de 2024.

Qual o seu nome e sua relação com a FUMBESMA?

D. Aldecy – Meu nome é Aldecy Ribeiro Cantanhede, atualmente presidente da FUMBESMA. Minha relação com a FUMBESMA começou no dia 22 de março de 1990, 22 de março de 1990.

O que você pode dizer a respeito da Liga Feminina Comunitária do Jardim São Cristóvão?

D. Aldecy – A Liga Feminina comunitária do Jardim São Cristóvão surgiu nesse período de 90 né? Parece que de 90. É pela, pelo desenvolvimento do trabalho social no Brasil, que começou. No caso, no Brasil começou um movimento de trabalho social, um trabalho desenvolvido pela sociedade civil organizada no Brasil. E a Liga Feminina não foi diferente e surgia todo nome, era clube de mães, outros era associação de mães, associação beneficente, união de moradores, que a princípio, primeiro era só união de moradores, aí depois foi surgindo outros nomes. Aonde veio surgir, Liga Feminina, Liga de desenvolvimento e São Cristóvão foi agraciada pela o nome de Liga Feminina do Jardim São Cristóvão.

O que sabe a respeito da Liga Feminina do Jardim São Cristóvão, na atualidade?

D. Aldecy – Olha, da Liga Feminina do Jardim São Cristóvão, ela se desenvolve como todas as associação, porquê ela também é uma associação. Ela se desenvolve no sentido

de trazer melhorias e benefícios para os bairros, né? Melhorias pra mulheres, que quase não saiam nem de casa, mas aí começou esse grupo, se juntava esse grupo de pessoas e fundava aquela instituição pra os domingos e sábados a tarde para fazer movimento social nas praças, nos bairros e até levantando as associações, as ligas, o tempo pra quê as entidades se desenvolvessem.

Como era a relação da FUMBESMA com a Liga Feminina?

D. Aldecy – Todas as entidades que se fundavam na época, elas se fundação através da federação. Ela vinha da federação, a federação, eles ficava o bairro, vinha aqui, vinha reunião, as reuniões que não eram nem aqui, era em outro bairro, era em outro bairro aí vinha prá cá, aí tinha as reuniões aos domingos, aos sábados, aos domingos. Aí aqui as pessoas solicitavam que o presidente, a diretoria da federação fosse participar de um dia de uma festividade na comunidade e lá era geralmente, era praticamente eles fundavam mas a federação dava o aval geral que fosse de fato e de direito pra que entidade dali partisse para o cartório de registro, pra que ela fosse de fato e de direito uma entidade social na comunidade e ali que foi a que era a ligação da federação com a entidade.

Muito obrigado!

ANEXO 3 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM O SR. JOÃO LISBOA

Entrevistador: Marlon da Silva Santos, acadêmico do curso de História - Licenciatura, da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.

Entrevistado: Sr. João Lisboa Barroso

Pesquisa: Liga Feminina do Jardim São Cristóvão: da criação as relações sociais e políticas na década de 1980 e 1990.

Entrevista concedida no dia 19 de Janeiro de 2024.

Qual o seu nome, sua idade e qual a sua relação com o bairro Jardim São Cristóvão?

Sr. João Lisboa (Joca) - É, meu nome é João Lisboa Barroso é, tenho 60 anos, nasci no dia 12 de junho de 1963 e hoje sou Presidente da União dos Moradores do Jardim São Cristóvão.

Joca! Como você é popularmente conhecido, você sabe dizer como foi que o bairro surgiu?

Sr. João Lisboa (Joca) – O que eu sei é, na época eu, como eu nasci aqui no Jardim São Cristóvão, mesmo São Cristóvão, antigo Tirirical, nós morávamos na área da aeronáutica, próximo o aeroporto, e nossas famílias, porquê a aeronáutica teve que aumentar a pista do aeroporto, nos deslocaram pra esse bairro que é atualmente o Jardim São Cristóvão.

Como o bairro passou a ser chamado de São Cristóvão, você sabe explicar?

Sr. João Lisboa (Joca) – Na minha memória ele passou a se chamar São Cristóvão, mas pela paróquia do Bairro que no tempo colocaram a estátua do São Cristóvão, o padroeiro São Cristóvão, e passou a se chamar São Cristóvão.

Dessa forma, Joca, as pessoas diziam assim, já não diziam mais de Tirirical, diziam assim: ah! vamos lá no São Cristóvão!

Sr. João Lisboa (Joca) – Exatamente, passou a ser chamado de São Cristóvão!

Existia uma rotatória, e aí essa rotatória como tem até hoje.

Sr. João Lisboa (Joca) – Sim, é! Essa rotatória era também uma praça ali no São Cristóvão, o movimento, é claro, de carro era muito pouco, na época nos anos 70 era muito pouco e essa praça foi feita nesse contorno né e lá tinha todas as brincadeiras e festejos dá paróquia era nessa praça do Jardim São Cristóvão.

Como surgiu a União dos Moradores, Joca ?

Sr. João Lisboa (Joca) – Já existia a União de Moradores dentro dessa área que nós estamos falando, da Base aérea que era da aeronáutica, já tinha uns moradores na época, lá! E já existia a União de Moradores, que hoje é essa União que eu sou Presidente, que surgiu desses moradores que veio pra esse bairro do Jardim São Cristóvão.

Eu acho que a fundação (da União de Moradores) já foi se dá ali?

Sr. João Lisboa (Joca) – Exatamente, já existia a casa lá no antigo bairro, aí de lá quando nós passamos pra esse outro bairro...

Como eram as casas, Joca?

Sr. João Lisboa (Joca) – As casas todas eram de madeira, de barro, coberta com palhas, tudo bem precário, população pobre. Muito depois que foi surgindo telhas, tijolos, nós fomos começando a fazer as casas, mas passamos bom tempo mesmo, bom tempo em casas de barro, feita de madeira.

Aconteceu algum tipo de loteamento?

Sr. João Lisboa (Joca) – Sim! Foi loteamento, esse bairro que nos deslocamos foi loteamento, na época do Governador Nunes Freire, dono de todos esses terrenos.

Tá bom então, muito obrigado, Joca!